

SUMÁRIO – 2 - PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2.	PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL	2-1
2.1.	INTRODUÇÃO	2-1
2.2.	RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	2-2
2.2.1.	GERENCIAMENTO do PBA.....	2-2
2.2.2.	ESTRUTURAÇÃO e implementação do sga	2-7
2.2.3.	GESTÃO em campo.....	2-12
2.2.4.	COMUNICAÇÃO interna e externa.....	2-17
2.2.5.	OPERACIONALIZAÇÃO do sig-a.....	2-34
2.3.	ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO	2-36
2.4.	ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO	2-38
2.5.	ATIVIDADES PREVISTAS	2-40
2.6.	ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA	2-41
2.7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	2-43
2.8.	EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	2-48
2.9.	ANEXOS	2-49

2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, o Plano de Gestão Ambiental (PGA) “*define o processo gerencial a ser adotado para a execução de um conjunto de ações destinadas, basicamente, a potencializar, evitar ou a mitigar as consequências dos impactos provocados pela implantação das obras de apoio e obras principais do AHE Belo Monte*”.

O objetivo geral e os objetivos específicos do referido Plano foram determinados no EIA e mantidos no Projeto Básico Ambiental (PBA), com destaque para o seu principal objetivo, qual seja, “*configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte sob o ponto de vista ambiental, de saúde e segurança, contando para tal com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas*”.

Assim sendo, no âmbito do PBA, o PGA foi proposto como elemento integrador e de acompanhamento de todos os planos, programas e projetos e, seguindo as diretrizes estabelecidas desde o EIA, foi estruturado um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) baseado na Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14001:2004 que, por sua vez, define sistema de gestão como “*um conjunto de elementos inter-relacionados utilizados para estabelecer a política e os objetivos e para atingir esses objetivos*”.

Dessa forma, ao longo dos mais de três anos de implantação de cada um dos planos, programas e projetos do PBA, desde a concessão da Licença de Instalação (LI) nº 795/2011, em 01 de junho de 2011, foi estabelecido e reportado, no bojo dos Relatórios Consolidados (RCs) semestrais, um conjunto de ferramentas de gestão criadas pelo PGA para monitorar, controlar, avaliar e evidenciar as ações ambientais propostas em cada um dos referidos pacotes de trabalho¹ e, portanto, concretizar e atender ao principal objetivo do PGA, conforme antes aqui exposto. Maiores detalhes a respeito da aplicação dessas ferramentas podem ser verificados no item **2.2 Resultados Consolidados** deste relatório.

¹ Menor unidade de gerenciamento definida, no PGA da UHE Belo Monte, para os diferentes componentes do PBA

2.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS

Conforme explicitado no item introdutório, o PGA foi proposto como elemento integrador e de acompanhamento de todos os planos, programas e projetos e as ferramentas descritas a seguir evidenciam que os seus objetivos e metas vêm sendo cumpridos e que este Plano tem logrado êxito ao permitir ao empreendedor acompanhar o avanço dos pacotes de trabalho e propiciar uma visão sistêmica / integrada da sua implantação, além de evitar ou minimamente mitigar os impactos negativos provocados pelo empreendimento e potencializar aqueles de natureza positiva.

As ferramentas de gestão que vêm sendo implantadas e continuamente aprimoradas no âmbito do SGA do PGA estão agrupadas em cinco blocos, conforme abordagem a seguir: (i) gerenciamento do PBA; (ii) estruturação e implementação do SGA; (iii) gestão em campo; (iv) comunicação interna e externa; e (v) operacionalização do Sistema de Informação Georreferenciada Ambiental (SIG-A).

2.2.1. GERENCIAMENTO DO PBA

– Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA)

O Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA) elaborado pela equipe responsável pela gestão ambiental, analisado e validado pela Norte Energia logo no início da Etapa de Implantação da UHE Belo Monte, estabeleceu e homogeneizou o formato do planejamento de todos os planos, programas e projetos do PBA, de maneira tal que permitisse o monitoramento e controle uniforme e centralizado de todas as ações necessárias à implantação do PBA do empreendimento, estando estas sob a responsabilidade de diversos *players*² distintos com ênfase nos seguintes pilares do projeto: (i) escopo, (ii) tempo, (iii) qualidade e (iv) comunicação, além do estabelecimento dos papéis da governança do projeto, ou seja, as responsabilidades de cada *player*.

– Identificação e atualização dos requisitos legais aplicáveis

A identificação e a atualização, pela empresa Gestora do PBA, dos requisitos legais aplicáveis aos diferentes componentes do PBA, e continuidade de acesso, pela Norte Energia, empresas Executoras e Coordenadoras dos Planos, Programas e Projetos,

² *Stakeholders* constituem grupos sujeitos, ou potencialmente sujeitos, aos impactos *adversos ou benéficos advindos das atividades de uma organização (aqui entendido como o empreendimento UHE Belo Monte)*. Já os *Players* são *stakeholders* que exercem atividades que, direta ou indiretamente, podem afetar (positiva ou negativamente) o desempenho ambiental do projeto, com reflexos sobre o patamar de qualidade da gestão ambiental determinada pelo empreendedor em sua Política Ambiental.

vêm sendo realizadas durante toda a Etapa de Implantação d UHE Belo Monte, resultando na atualização da *Planilha de Normas e Leis*, **Anexo 2 - 1**, e no apoio à Gestão da Conformidade.

Como consequência dessa atualização é também revisado o *Manual de Requisitos Jurídico Ambientais*, **Anexo 2 - 2**, que discorre sobre como a legislação (inclusive municipal) disciplina os principais temas ou áreas de impacto no processo de implantação da referida UHE.

– **Revisão e reavaliação sistemática dos impactos ambientais**

Em atendimento à meta de “*Revisão e reavaliação sistemática dos impactos ambientais*” foi estabelecida uma sistemática de acompanhamento e atualização dos impactos ambientais, declarados no EIA, de modo a identificar e avaliar novos impactos que viessem a surgir no decorrer do Projeto, bem como as ações de gestão planejadas, implantadas e/ou novas ações propostas para fazer frente aos impactos, sua associação com os Planos, Programas e Projetos do PBA, bem como a efetividade das referidas ações. Essa sistemática foi expressa no procedimento denominado “*Padrão de Sistema Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais*”, cuja 1ª versão foi anexada ao 4º RC e a atual ao 6º RC.

As atualizações periódicas de impactos vêm sendo feitas mantendo, na íntegra, a metodologia de caracterização e avaliação de impactos detalhada e aplicada no EIA, adotando-se, para fins de registro, uma Planilha que possibilita acompanhar e atualizar os Impactos significativos³ bem como avaliar a efetividade das ações de gestão para a UHE Belo Monte.

No processo de revisão e reavaliação sistemática de impactos são levados em conta, entre outras questões, aquelas relativas a (i) novos processos; (ii) desenvolvimento de novos projetos ou mudança significativa de projetos já existentes; (iii) adoção de novas tecnologias; (iv) registros de não conformidades; e (v) alterações nas instalações ou equipamentos utilizados, entre outros.

Ao final da avaliação, novos impactos considerados significativos que porventura tenham sido identificados são priorizados no estabelecimento de ações de controle, medição e/ou de monitoramento, podendo, ainda, ser alvo de definição de objetivos e metas específicos. Da mesma forma, são periodicamente revisitadas as magnitudes dos impactos já previstos no EIA e que estejam efetivamente sendo verificados em campo, inclusive para checar se as ações preventivas, mitigadoras ou de monitoramento adotadas estão se revelando adequadas.

A versão atual da Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e Ações de Gestão da UHE Belo Monte encontra-se no **Anexo 2 - 3**.

³ São considerados impactos significativos aqueles Impactos de natureza positiva ou negativa, classificados como de média ou alta magnitude

Assim, diante da dinâmica do empreendimento, tem sido possível promover uma gestão adequada dos impactos relacionados à implantação da UHE Belo Monte com vistas à melhoria contínua do seu desempenho.

– Implementação da metodologia de Gestão em Acurácia (Riscos)

Esta metodologia é adotada para o PBA Geral e para o PBA do Componente Indígena (PBA-CI), com a identificação de marcos de controle, indicadores gerenciais e veiculação de seus avanços em Boletins Semanais, discutidos nas reuniões semanais de Diretoria e mensalmente nas reuniões do Comitê de Meio Ambiente (CMA), formado pelos representantes dos acionistas da Norte Energia.

Atualmente, no âmbito do PBA Geral, são gerenciados 12 (doze) pacotes de trabalho em Gestão de Acurácia, por meio do acompanhamento, em caráter semanal, de um total de 19 (dezenove) indicadores de desempenho, definidos para este universo de Programas e Projetos do PBA.

Vale dizer que a listagem inicialmente definida para os pacotes de trabalho em Gestão de Acurácia – 19 (dezenove) pacotes de trabalho - vem sendo revista à luz dos Pareceres Técnicos emitidos pelo IBAMA a respeito dos relatórios semestrais consolidados, bem como checada à medida que relatórios de vistoria de campo do órgão ambiental chegam à Norte Energia ou, eventualmente, com base no teor de Ofícios emitidos pelo IBAMA. Assim, a redução dos 19 (dezenove) pacotes de trabalho para os 12 (doze) hoje merecedores de uma gestão mais acurada resultou da verificação de pacotes de trabalho que já alcançaram suas metas de *performance* – caso da construção dos laboratórios para a ictiofauna – ou cujas produtividades alcançadas pelos indicadores de desempenho demonstram que tais pacotes já podem ser alçados a uma categoria de gestão em rotina – caso da implantação de saneamento básico nas Vilas de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

O acompanhamento mais apurado desses pacotes de trabalho é realizado pela empresa Gestora a partir de informações obtidas por ocasião das reuniões dos diferentes grupos de trabalho (GTs), das reuniões semanais do Comitê de Gestão Ambiental (CGA) e dos boletins semanais que sintetizam os avanços, informados pelas Superintendências e Gerências da Diretoria Socioambiental (DS) da Norte Energia, a respeito dos marcos estratégicos de controle e dos indicadores desses pacotes de trabalho. Sempre que necessário, essas informações são complementadas por consultas individualizadas às Superintendências e Gerências da DS ou às empresas coordenadoras do PBA.

O resultado deste acompanhamento é expresso em Planos de Ação para superar/compensar eventuais atrasos e cobrir lacunas de informações, bem como em dados estatísticos semanais de acompanhamento da produtividade, análise de tendência e grau de alavancagem das criticidades identificadas que resultam em um Informe Executivo de Pontos de Atenção.

Esses Planos de Ação são discutidos e consolidados, em primeiro plano, com o Grupo de Análise Estratégica (GAE) que assessora a Presidência da Norte Energia e, na

seqüência, apresentadas à Diretoria Socioambiental (DS), às Superintendências e Gerências da DS, à Presidência da Norte Energia, ao Conselho de Meio Ambiente (CMA) em suas reuniões mensais e, eventualmente, a depender do nível de gravidade associado ao risco, ao Conselho de Administração da Norte Energia.

Portanto, diante deste contexto, considera-se que a metodologia de Gestão de Acurácia de pacotes de trabalho críticos apresenta o dinamismo necessário para inclusão ou exclusão de projetos ou de pontos de atenção a serem monitorados e controlados bem como da incorporação de novas ferramentas de acompanhamento com vistas à melhoria contínua do desempenho e do atingimento das metas previstas no âmbito do processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

No **Quadro 2 - 1**, a seguir, indica-se não só os pacotes de trabalho considerados como em nível de Gestão de Acurácia em janeiro de 2015, inclusive, como também os indicadores de desempenho que os caracterizam, foco de acompanhamento semanal pela empresa Gestora e de divulgação, com periodicidade máxima mensal, junto às instâncias superiores da Norte Energia.

Quadro 2 - 1 – Indicadores de Desempenho associados a Pacotes de Trabalho com Nível de Gestão em Acurácia acompanhados até Janeiro/15

PACOTES DE TRABALHO EM NÍVEL DE GESTÃO EM ACURÁCIA	INDICADORES DE DESEMPENHO ANALISADOS
<p>Com relação à liberação da área urbana do Reservatório do Xingu:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas; – Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC); – Projeto de Reassentamento; – Projeto de Parques e Reurbanização da Orla; e – Projeto de Saneamento em Altamira 	<ul style="list-style-type: none"> – Quantitativo de negociações realizadas; – Percentuais de avanço da implantação dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, iluminação, pavimentação e drenagem por setor de cada RUC; – Quantitativo de casas construídas e de casas liberadas para mudança das famílias por setor de cada RUC; – Quantitativo de famílias transferidas por setor de cada RUC; – Quantitativo de desmanches, demolição e desinfecção realizados na área urbana; – Percentual de avanço da elaboração dos projetos executivos de cada tipo de interferência prevista nos diferentes setores do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla; – Percentual de avanço das obras de cada tipo de interferência prevista nos diferentes setores do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla; – Quantitativo (extensão) de redes de água e de esgoto executadas na cidade de Altamira; e – Percentuais de avanço da implantação dos demais componentes dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Altamira

PACOTES DE TRABALHO EM NÍVEL DE GESTÃO EM ACURÁCIA	INDICADORES DE DESEMPENHO ANALISADOS
<p>Com relação à liberação da área rural do Reservatório do Xingu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias (Área Rural); - Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes; - Projeto de Reassentamento Rural; e - Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária 	<ul style="list-style-type: none"> - Quantitativo de áreas liberadas por setor da área rural: Reservatório do Xingu – Ilhas, Margens Direita e Esquerda; Reservatório Intermediário; e Linhas de Transmissão (LTs); - Percentual de avanço da elaboração dos projetos executivos dos elementos de infraestrutura viária a serem recompostos ou adequados; - Quantitativo de famílias optantes por reassentamento em áreas remanescentes; - Quantitativo de áreas remanescentes dotadas de infraestrutura e liberadas para o reassentamento; - Quantitativo de famílias optantes pelo reassentamento rural coletivo; - Quantitativo de lotes dotados de infraestrutura e liberados para o reassentamento rural coletivo; e - Percentual de avanço das obras para recomposição da infraestrutura viária
<p>Com relação à Supressão Vegetal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Desmatamento; e - Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação da Madeira 	<ul style="list-style-type: none"> - Quantitativo de áreas objeto de supressão vegetal por lote, por empresa executora e por tipologia vegetal objeto de supressão
<p>Com relação à Recomposição de Áreas Degradadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Recomposição de Áreas Degradadas (PRAD) 	<ul style="list-style-type: none"> - Quantitativo de mudas produzidas no viveiro do Sítio dos Canais e Diques; e - Quantitativo de áreas recuperadas/em recuperação

Vale lembrar que o fato de se atribuir uma atenção especial aos pacotes de trabalho em nível de Gestão em Acurácia não significa que os demais pacotes sejam destituídos de acompanhamento. Todos os pacotes de trabalho são objeto de seleção e validação de marcos de controle e, na sequência, também o serão em termos de indicadores gerenciais. Além disso, todos são contemplados nos Relatórios Gerenciais Mensais e nas análises críticas efetuadas pelas coordenadoras e gestora, sempre submetidas à avaliação das Superintendências e Gerências da Diretoria Socioambiental para sua validação.

Dando continuidade à aplicação da metodologia de Gestão de Acurácia para o PBA do Componente Indígena (PBA-CI) e, após o processo de adaptação, o acompanhamento dos marcos de controle estratégicos afetos aos pacotes de trabalho do PBA-CI tem sido, a partir de julho de 2014, veiculados pela empresa Gestora do PBA Geral em Boletins semanais a partir dos resultados que lhe são fornecidos pela empresa Gestora do PBA-CI, boletins estes discutidos nas reuniões com instâncias superiores da Norte Energia.

2.2.2. ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SGA

– Arcabouço Documental do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Considerando que a criação e a revisão de documentos, fluxos e registros ocorrem de forma permanente para adequar o SGA à realidade atual e visando à melhoria do desempenho do empreendedor, os documentos e registros vêm sendo tempestivamente divulgados, em sua versão válida, no Sistema de Gestão de Projetos (SGP), implantado na Norte Energia.

Os documentos criados para compor o arcabouço documental do SGA são descritos de maneira resumida no **Quadro 2 - 2**. Vale ressaltar que serão anexados a este relatório tão somente os documentos novos criados desde o 6º RC.

Quadro 2 - 2 - Listagem de Documentos e Registros do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) – UHE Belo Monte

NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Política de Gestão Ambiental	Estabelecer as diretrizes socioambientais da Norte Energia.
Planilha de Normas e Leis	Identificar e atualizar os requisitos legais aplicáveis aos diferentes componentes do PBA.
Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos impactos significativos e das ações de gestão	Atualizar e acompanhar os impactos, ações de gestão e verificar a sua efetividade.
Planilha de Objetivos e Metas	Atualizar semestralmente para o devido acompanhamento do atingimento dos objetivos e metas.
Política de Gerenciamento de Riscos Socioambientais da Norte Energia – Anexo 2 - 4	Estabelecer os princípios de gerenciamento de riscos como desdobramento de suas diretrizes estratégicas.
Sistema de Alerta	Estabelecer o sistema de alerta para atendimento/cumprimento de demandas, compromissos, licenças, autorizações, não conformidades e resposta a ofícios emitidos pelos órgãos intervenientes do processo de licenciamento da UHE Belo Monte.
MANUAL - tipologias documentais de nível 2 - Gerencial.	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Manual de Gestão de Documentos	Desenvolver uma sistemática para criação, aprovação, distribuição, implantação, revisão, retenção e gestão da documentação necessária ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA).
Manual de Treinamento, Conscientização e Competência voltado ao Sistema de Gestão Ambiental – Anexo 2 - 5	Estabelecer as condições para o levantamento das necessidades e elaboração de treinamentos, a fim de contribuir para a melhoria do desempenho do empreendedor.
Manual de Auditoria Ambiental da UHE Belo Monte	Propiciar a análise e interpretação dos termos e conceitos; Determinar as diretrizes para o gerenciamento do processo de Auditoria; Registrar

MANUAL - tipologias documentais de nível 2 - Gerencial.	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
	os requisitos legais e normativos aplicáveis a este processo; Demonstrar a metodologia a ser adotada e caracterizar o protocolo de auditoria a ser adotado como referência na empresa.
Manual de Requisitos Jurídicos Ambientais UHE Belo Monte	Descreve, de forma objetiva, como a legislação disciplina os principais temas ou áreas de impacto no processo de implantação da referida UHE, conferindo funcionalidade ao arcabouço legal básico selecionado, nas esferas federal, estadual e municipal, suficiente para dirimir as dúvidas genéricas advindas do dia-a-dia das operações. Os temas são divididos em de caráter geral e aqueles vinculados aos processos, aspectos e impactos da implantação do empreendimento. Este documento tem caráter dinâmico, dada sua constante necessidade de atualização.
PADRÃO DE SISTEMA - tipologia documental nível 3 - Tático	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Padrão de Sistema de Tratamento de não conformidades, ações corretivas e preventivas	Estabelecer as condições de identificação, registro e tratamento dos desvios, das não conformidades, definição das responsabilidades, bem como do acompanhamento das ações corretivas ou preventivas - ver modelos de Registro de Desvio e de Não Conformidades, no quadro de modelos.
Padrão de Sistema de Elaboração e Edição de documentos do Projeto Básico Ambiental	Estabelecer as condições para elaboração e edição dos documentos a serem produzidos interna ou externamente em cumprimento ao PBA, uniformizando a sua redação e forma de apresentação - ver modelos de relatórios e modelos de tipologias documentais, no quadro de modelos.
Padrão de Sistema de Acompanhamento das obras e equipamentos sociais	Estabelecer as condições para o acompanhamento dos equipamentos sociais, bem como do seu monitoramento, em cumprimento ao PBA e/ou demais requisitos assumidos pela empresa.
Padrão de Sistema de Liberação de área de empréstimo e bota-fora	Estabelecer as condições e procedimentos de liberação de área de jazida para empréstimo e bota-fora nas áreas do empreendimento, atendendo aos requisitos legais, de segurança, meio ambiente, qualidade e responsabilidade social.
Padrão de Sistema de Supressão Vegetal	Mitigar os impactos previstos no EIA, objetivando aperfeiçoar o uso do recurso florestal, reduzir custos e minimizar danos ao meio ambiente e estabelecer os procedimentos necessários para tal atividade.
Padrão de Sistema de Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	Orientar a elaboração dos Projetos Executivos previstos no PRAD, cujo objetivo é a recomposição paisagística e a reabilitação da função ecológica das áreas degradadas, bem como a recuperação das áreas de intervenção, visando à readequação dos usos e/ou a devida reabilitação.
Padrão de Sistema de Gestão da Informação	Concretizar o Plano de Documentos e Registros de maneira a criar, revisar ou fazer ingressar, de forma a: (i) assegurar e evidenciar a implantação dos

PADRÃO DE SISTEMA - tipologia documental nível 3 - Tático	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
	Planos, Programas e projetos do PBA; (ii) atender aos requisitos aos quais o empreendedor se compromete; (iii) garantir a integridade e a disponibilidade da informação.
Padrão de Sistema de Identificação dos Requisitos Legais	Estabelecer e manter uma sistemática para o levantamento, monitoramento, atualização e acesso aos requisitos legais aplicáveis e a outros requisitos subscritos pela organização, relacionados aos aspectos ambientais.
Padrão de Sistema de Tratamento de Não Conformidade de Dados	Estabelecer as condições de identificação, registro e tratamento das não conformidades dos dados brutos a serem inseridos no SIG-A, relacionados à execução do PBA.
Padrão de Sistema de Gestão de Mudança nos Projetos	Estabelecer o fluxo e as responsabilidades na condução de eventuais necessidades de mudança detectadas em projetos de engenharia ou eletromecânica, de maneira a contribuir para a agilidade na tomada de decisão e a continuidade das obras em atendimento aos requisitos legais, normas técnicas, aos Princípios do Equador e aos Padrões de Desempenho da <i>International Finance Corporation</i> (IFC).
Padrão de Sistema de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais	Demonstrar a sistemática adotada para o acompanhamento e atualização do status de ocorrência dos impactos declarados no EIA, apresentar a metodologia de identificação e avaliação de novos impactos, bem como as ações de gestão planejadas, implantadas e/ou propostas, além da verificação de eficácia das mesmas.
Padrão de Sistema de Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade – Anexo 2.9.6	Estabelecer os procedimentos de funcionamento dos serviços de atendimento, de recepção e resposta às solicitações de informações, sugestões e reclamações da população em relação à UHE Belo Monte.
Padrão de Sistema de Supervisão Ambiental da Obra Principal	Estabelecer os requisitos necessários para a realização das atividades de Supervisão Ambiental, de modo a verificar e assegurar que os efeitos das atividades, produtos e serviços estão de acordo com o conceito de proteção ambiental.
Padrão de Sistema do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM) – Anexo 2 - 7	Apresentar a finalidade, as competências, estrutura, composição, atribuições, funcionamento, bem como a forma de acompanhamento dos encaminhamentos decorrentes das reuniões tanto do Colegiado quanto das Comissões e Comitês.
Padrão de Sistema de Comunicação Social do PBA	Estabelecer e manter uma sistemática de comunicação no âmbito dos Planos, Programas e Projetos do PBA entre os vários níveis da organização, gerenciando o recebimento e as respostas às demandas internas e externas, registrando os posicionamentos.
Padrão de Sistema do Programa de Acompanhamento Social: Fluxo de atividade e interfaces	Estabelecer um procedimento que evidencie o fluxo das atividades desenvolvidas nos projetos de Acompanhamento e Monitoramento Social e no Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População atingida, e o desempenho alcançado.

PADRÃO DE SISTEMA - tipologia documental nível 3 - Tático	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Padrão de Sistema de Procedimentos para Achados Arqueológicos Fortuitos.	Estabelecer procedimentos para achados arqueológicos fortuitos identificados na área de abrangência da UHE Belo Monte.
Padrão de Sistema de Controle de Documentos das Obras do Entorno	Estabelecer a sistemática e o fluxo de documentos relativos às obras relacionadas ao reassentamento.
Padrão de Sistema - Inspeção de Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente (SSTMA) – Anexo 2.9.8	Normatizar a realização de inspeções de supervisão e auditorias de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e Meio Ambiente
Padrão de Sistema de Envio do Banco de Dados Brutos (BDB) via SGP e Consulta ao Geoexplor	Estabelecer os procedimentos de disponibilização e validação do BDB gerados pelas Executoras no monitoramento ambiental da UHE.
Padrão de Sistema - Procedimentos de funcionamento dos Núcleos de Educação Ambiental do Xingu (NUCLEAX) e Centro Regional de Educação Ambiental da Bacia do rio Xingu (CREAX) – Anexo 2 - 9	Estabelecer diretrizes de funcionamento dos NUCLEAX e CREAX visando sensibilizar a comunidade em geral e promover ações de educação ambiental por meio de processos socioeducativos que estimulem a construção de conhecimento coletivo e habilidades que contribuam com o desenvolvimento sustentável regional.
Padrão de Sistema de Comunicação de Incidentes de Terceiros – Anexo 2 - 10	Detalhar o processo de comunicação de incidentes de contratados e subcontratados, no intuito de padronizar e organizar o fluxo e forma de comunicar os incidentes ocorridos, para prevenir sua reincidência.
ORIENTAÇÃO TÉCNICA - tipologia documental de nível 4 - Operacional	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Orientação Técnica para preenchimento da Planilha Base SIG-A	Orientar o preenchimento da Planilha Base SIG-A e identificar produtos, especificar objetos e atributos e detalhar a interação entre os diferentes pacotes.
Orientação Técnica - Atividade de Comunicação para Detonações	Apresentar o procedimento de comunicação relacionado às detonações passíveis de ocorrerem no âmbito do empreendimento para a manutenção da Segurança e Saúde da comunidade.
PLANOS - tipologias documentais de nível 2 - Gerencial.	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Plano Diretor de Gerenciamento de Resíduos (PDRE)	Implantar o Plano Diretor de Gerenciamento de Resíduos; propiciar que seja estabelecida a Política de Gerenciamento de Resíduos; determinar diretrizes Gerais; definir a estrutura de documentos a ser implantado; definir responsabilidades para cumprimento das diretrizes decorrentes do detalhamento dos princípios desta Política.
Plano de Documentos e Registros do PBA	Estabelecer uma sistemática para criação, aprovação, distribuição, implantação, revisão, e retenção da documentação (e dos registros), visando o cumprimento do Projeto Básico Ambiental (PBA) e/ou demais requisitos assumidos.

PLANOS - tipologias documentais de nível 2 - Gerencial.	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Plano de Atendimento a Emergências (PAE) Ambientais para as obras principais e do entorno	Estabelecer procedimento e sistemática de ações integradas para atender situações de emergências ambientais visando ao controle da situação de forma rápida e eficaz, minimizando impactos negativos ao meio ambiente, procurando minimizar ou eliminar os riscos ambientais e suas consequências, estabelecendo, obrigações e responsabilidades para proteção do meio ambiente e do patrimônio da NE, e um atendimento rápido na comunicação para maior eficiência das decisões.
Plano Simplificado de Monitoramento dos Efluentes e da Qualidade da Água – Padrão de Potabilidade Disponibilizada nos Bebedouros	Avaliar a qualidade da água disponibilizada nos bebedouros e avaliar as condições e padrões de lançamento dos efluentes sanitários e industriais, gerados nos canteiros de obras, garantindo uma gestão ambientalmente adequada dos efluentes.
MODELOS	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Modelo de Manuais, Planos e Guias	Determinar o modelo destas tipologias documentais de nível 2 - Gerencial.
Modelo de Padrão de Sistema	Determinar o modelo destas tipologias documentais de nível 3 – Tático.
Modelo de Orientação Técnica (OT)	Determinar o modelo destas tipologias documentais de nível 4 – Operacional.
Modelo de Padrão de Nota Técnica (NT) - simplificada	Registrar e justificar quaisquer ajustes necessários aos Planos, Programas e projetos originais do PBA, tais como NT's visando modificar metodologia, indicadores, escopo, cronograma entre outros, e que servem também de instrumento de veiculação, junto ao órgão licenciador, para fins de pactuação com o mesmo.
Modelo de Padrão de Nota Técnica (NT) - completa	
Modelo de Padrão de Relatório Consolidado Semestral	Determinar o modelo de relatório a ser protocolado semestralmente junto ao órgão licenciador.
Modelo de Padrão de Relatório Gerencial Mensal da Coordenação (RGM-C)	Determinar o modelo de Relatório Gerencial Mensal da Coordenação.
Modelo de Padrão de Relatório Gerencial Mensal da Executora (RGM-E)	Determinar o modelo de Relatório Gerencial Mensal da Executora.
Modelo de Registro de Desvio (RD)	Determinar o modelo que assinala um desvio e que caracteriza uma ocorrência ou uma não conformidade. Seu principal objetivo é trazer celeridade ao conhecimento e às providências cabíveis ao tratamento e solução da situação – conforme Padrão de Sistema acima referenciado.

MODELOS	
NOME DO DOCUMENTO / REGISTRO	OBJETIVO DO DOCUMENTO / REGISTRO
Modelo de Relatório de Não Conformidade (RNC)	Determinar o modelo que estabelece as condições de identificação, registro e tratamento das não conformidades, reais ou potenciais; definir as responsabilidades pela sua solução e o acompanhamento das ações corretivas ou preventivas adotadas para saná-las, através de um plano de ação. O RNC é um registro dinâmico da não conformidade. Quaisquer outras evidências, relatórios, imagens, registros devem ser anexados ao processo formando um “dossiê” daquela NC até seu encerramento, inclusive o RD de Não Conformidade – conforme Padrão de Sistema acima referenciado.
Modelo de Parecer Técnico	Descrever de forma conclusiva o posicionamento sobre o tema analisado. Cabe ressaltar que o Parecer não pressupõe descrição analítica que deverá estar contida em outro tipo documental, como Nota Técnica, onde essa análise se dará de forma detalhada.
Padrão de Ata - Modelo 1	Estabelecer modelos de atas para reuniões internas, periódicas, com órgãos de governo, conforme a necessidade ou preferência do redator.
Padrão de Ata - Modelo 2	
Padrão de Ata - Modelo 3	

2.2.3. GESTÃO EM CAMPO

– Gestão da Conformidade

A continuidade do acompanhamento em campo, a realização contínua de reuniões de alinhamento entre os diferentes *players* - Norte Energia, Coordenadora do Plano Ambiental de Construção (PAC), empresa Gestora e os Consórcios Construtor e Montador -, além da adoção constante de novas ferramentas de controle têm permitido a melhoria contínua do fluxo de tratamento de desvios, conforme se pode evidenciar a seguir.

Duas dessas ferramentas merecem destaque. O fluxo passou a operar via sistema (SGP), permitindo maior agilidade ao processo e ao acompanhamento das partes. Além disso, foi instituído, especificamente para o monitoramento dos desvios e não conformidades identificadas e registradas no SGP, um *Sistema de Alerta* com periodicidade semanal que apresenta, no âmbito daqueles desvios que se encontram em tratamento - tanto ocorrências quanto não conformidades -, as principais informações acerca do respectivo desvio, com ênfase para *status* e prazos de cumprimento estabelecidos ou eventualmente em atraso.

Os gráficos constantes das figuras a seguir apresentam o resultado do acompanhamento dos Registros de Ocorrências (RO's) e de Registros de Não

Conformidade (RNC's) abertos durante o ano de 2014 em termos de Status, Local de Ocorrência e Categoria.

Status

No caso dos RO's abertos em 2014, até 31 de dezembro 88% deles tinham sido encerrados, permanecendo abertos apenas 12%. Isto revela um avanço expressivo se comparado ao resultado apresentado no 6º RC acerca do ano de 2013, quando o percentual de encerramento dos RO's havia sido de 16%, ficando 84% deles pendentes.

Em se tratando dos RNC's, os gráficos evidenciam que aqueles abertos em 2014 foram encerrados em 74% dos casos, o que também evidencia que o avanço na conclusão dos RNC's foi significativo, considerando os resultados apresentados no 6º RC para 2013, em que esse percentual era da ordem de 32%.

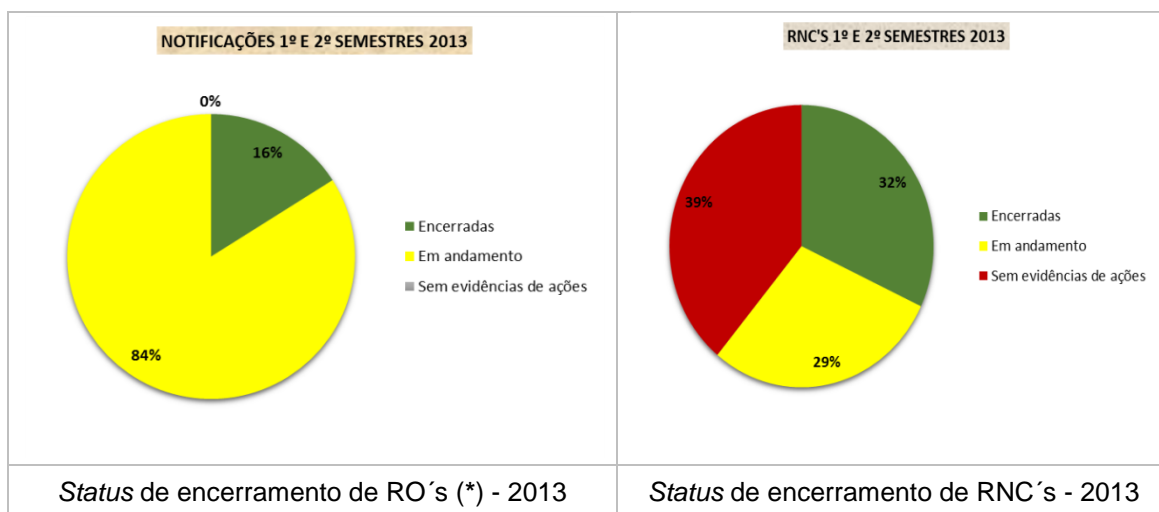


Figura 2 - 1 – Gráficos de Status de Encerramento de desvios em 2013

* **Obs:** Registros de Notificação (NOT's) de 2013 passaram a ser denominados de Registros de Ocorrências (RO's).

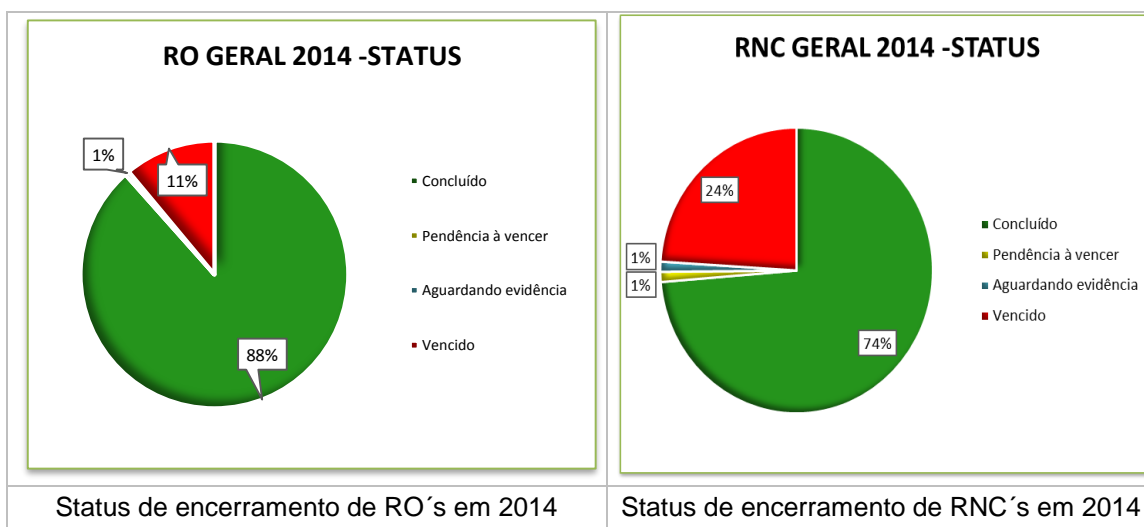


Figura 2- 2 – Gráficos de Status de Encerramento de desvios em 2014

Local de ocorrência

No caso dos RO's, a grande maioria dos desvios foi identificada no Sítio Belo Monte (41%), seguido do Sítio Pimental (21%) e Canal de Derivação (20%). Em se tratando dos RNC's, esses locais coincidem, sendo 49% deles no Sítio Belo Monte, 15% no Sítio Pimental e Canal de Derivação com 21%, o que reflete o momento da obra.

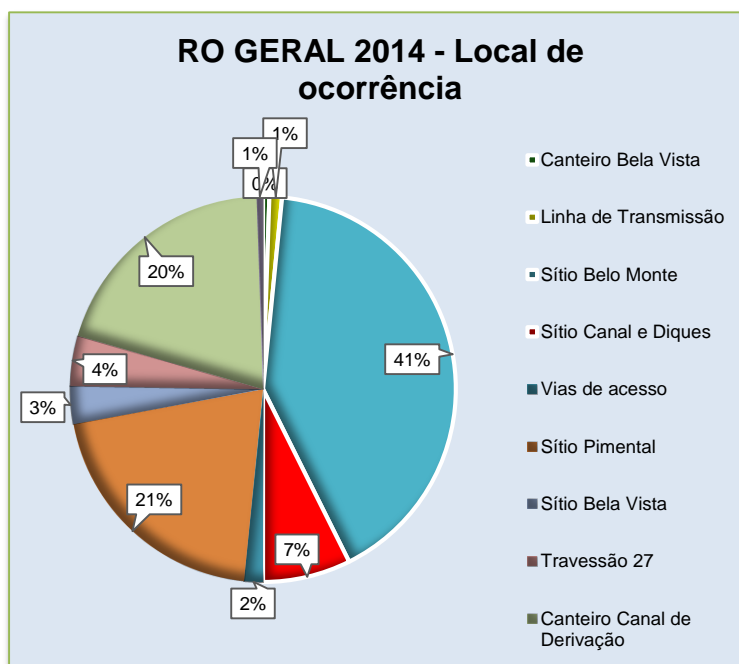


Figura 2 - 3 – Gráficos de Local de Ocorrência de RO's em 2014

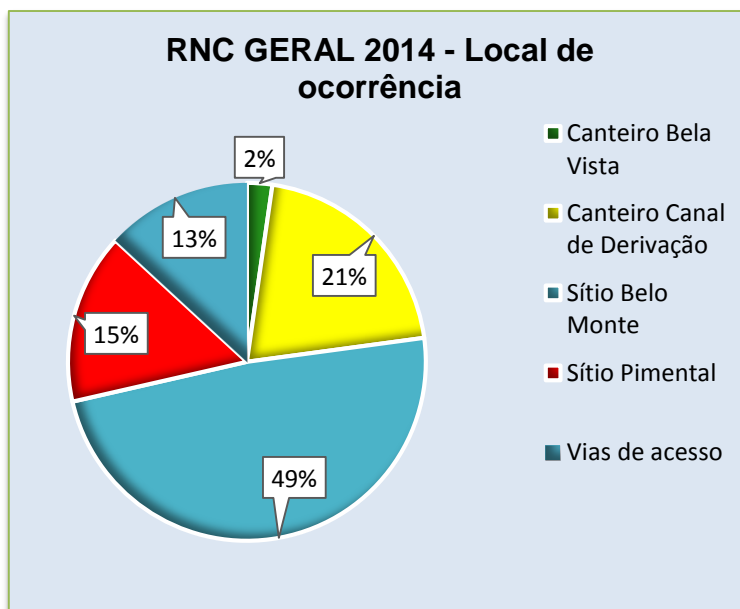


Figura 2 - 4 – Gráficos de Local de Ocorrência de RNC's em 2014

Categoria

Quanto às categorias dos desvios, destaca-se, no caso dos RO's, que, em decorrência do momento da obra, houve uma elevação daqueles relacionados ao "Processo construtivo", que passaram de 8% para 17% e a "Obras/Processo erosivo", que subiram de 28% para 39% em 2014. Por outro lado, o aumento na agilidade na solução dos desvios, conforme antes referenciado, trouxe benefícios ao desempenho.

Já os RO's relacionados a "Efluentes", cuja categoria, em 2013, representava 49% dos desvios, passaram, em 2014, a representar 23%, reflexo direto da adoção, ainda em 2014, do *Plano Simplificado de Monitoramento dos Efluentes e da Qualidade da Água*, já citado no 6º RC e que evidencia a proposição de novas ações de gestão com vistas a mitigar ou reverter tendências identificadas em campo. Esse Plano apresenta as diretrizes básicas do monitoramento da qualidade da água disponibilizada nos bebedouros, bem como do monitoramento dos efluentes sanitários e industriais gerados nos diversos canteiros das obras do entorno da UHE Belo Monte.

Por fim, a categoria de "Resíduos" permaneceu basicamente estável com algum aumento percentual, mas com a continuidade das campanhas de educação ambiental essa oscilação deve se manter.

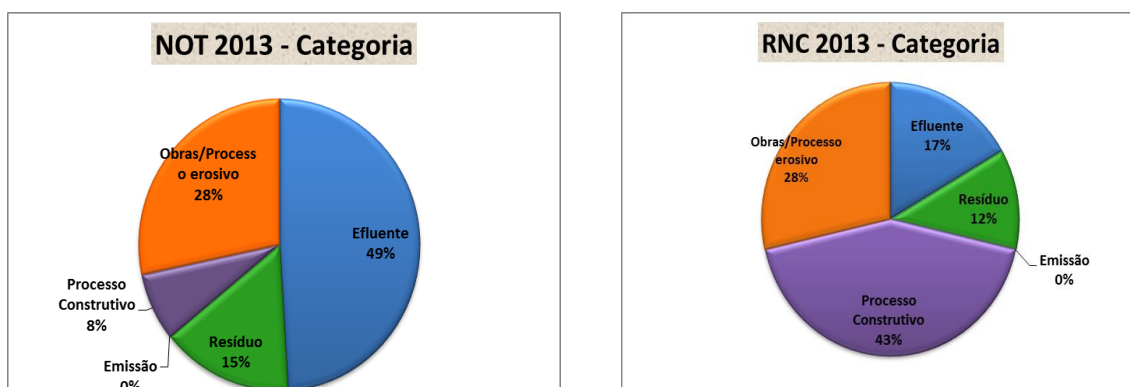


Figura 2-5 – Gráficos de Categorias de desvios em 2013

Em se tratando dos RNC's, destaca-se um incremento dos desvios relacionados a "Obras/Processo erosivo", que passou de 28% para 40%, também reflexo do momento da obra; lado outro, a categoria "Processo Construtivo" foi foco de intensa fiscalização durante o 2º semestre de 2014, em função da tendência de elevação demonstrada no primeiro semestre, providência que permitiu alcançar redução significativa no montante do ano, passando os RNC's de 43%, em 2013, para 22% em 2014.

Salienta-se, ainda, um avanço no percentual relativo aos RNC's na Categoria de "Resíduos" que, em 2013, representava 12% e em 2014 passou para 6%, fruto de campanhas de Educação Ambiental que impediram a sua transformação em desvios de natureza mais severa, associados a esta categoria.

Em relação ao aumento de 15% dos RNC's de 2013 a 2014 referentes aos efluentes, que em sua maioria são relacionados a efluentes industriais, tais índices se justificam pelo aumento significativo de novas frentes de serviços nos diques e vila residencial.

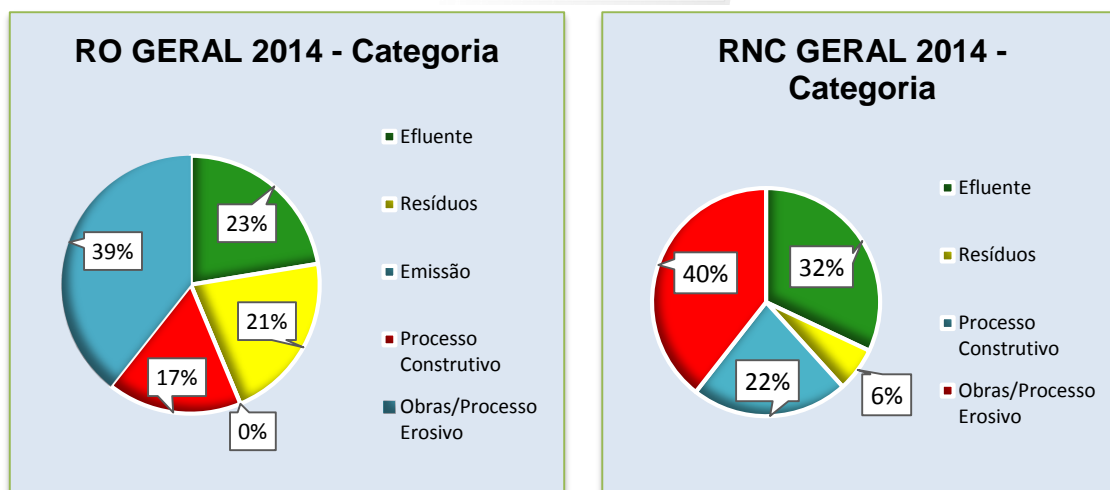


Figura 2- 6 – Gráficos de Categorias de desvios em 2014

Demais procedimentos criados ou a serem criados, no âmbito do Plano de Gestão, bem como campanhas de sensibilização, por exemplo, em curso no âmbito do PAC e, em especial, do Programa de Educação Ambiental de Trabalhadores (PEAT) para tratar de temas cujas tendências sejam apontadas no processo de Gestão da Conformidade, contribuem igualmente para incrementar a performance do empreendimento e demonstram a dinâmica do processo e a integração entre os diferentes Planos, Programas e Projetos do PBA.

Vale ressaltar que a continuidade das ações de fiscalização e de acompanhamento, além da adoção das ferramentas acima citadas – operação do fluxo de gestão da conformidade via sistema (SGP) e a instituição do *Sistema de Alerta* -, têm permitido evidenciar progresso na gestão da conformidade com uma maior agilidade ao processo, com redução no prazo de encerramento tanto de RO's, como RNC's, com ganhos à *performance* do empreendimento. E tem demonstrado, além da visível integração entre as equipes, a disposição contínua do empreendedor em instituir novas ferramentas de gestão, sempre que tendências apontarem para essa necessidade.

Por fim, a continuidade da divulgação de informações gerenciais (como boletins periódicos de não conformidades) junto aos níveis decisórios da empresa tem contribuído, de modo significativo, na tomada de decisão para a aplicação de recursos e na agilização de providências para sanar os desvios porventura identificados.

- **Integração entre diferentes Planos, Programas e Projetos do PBA, Rastreamento e Obtenção dos Dados e Informações para Subsidiar o Gerenciamento do PBA**

A integração entre os diferentes pacotes de trabalho com nítidas interfaces, antes já detectadas em Matriz de Interfaces elaborada quando do início da implementação do PGA, é operacionalizada por meio da constituição e realização de reuniões periódicas, em campo, de Grupos de Trabalho (GT's).

Os GT's são criados para identificar interfaces entre os diversos Planos, Programas e Projetos dos diferentes meios e pacotes de trabalho, identificar potenciais riscos e criar planos de ação para a efetivação das ações previstas.

A materialização dessas interfaces como elementos integradores de um planejamento conjunto dos pacotes de trabalho tratados nesses Grupos é feita por meio de reuniões com periodicidade semanal ou minimamente quinzenal, realizadas sempre em campo e registradas em atas para acompanhamento dos encaminhamentos propostos.

Atualmente são os seguintes os GT's em curso:

- ✓ Reuniões do Projeto de Desmatamento Reservatórios Xingu e Intermediário
- ✓ Reuniões Grupo de Trabalho (GT) Recursos Hídricos
- ✓ Reuniões da Força Tarefa RUC
- ✓ Reuniões extraordinárias sobre a Administração do RUC
- ✓ Reunião de Atualização da Matriz de Licenças Ambientais
- ✓ Reuniões de SSTMA Produção – RUC's
- ✓ Reuniões de SSTMA Consórcio Gel Gouvêa
- ✓ Reuniões de Produção – RUC's
- ✓ Reunião do GT Recursos Hídricos
- ✓ Reunião Comitê Qualidade de Água (CQA)
- ✓ Reunião do Comitê interno de Comunicação (CIC)

De todos os grupos participam representantes das Superintendências da DS, empresa Gestora, empresas Coordenadoras e, quando necessário, empresas Executoras. As atas de reunião geradas são veiculadas entre os participantes no prazo de um dia útil após a realização das reuniões.

2.2.4. COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Vale ressaltar, no âmbito do SGA, a criação do Padrão de Sistema de Comunicação Social do PBA, que estabelece e mantém uma sistemática de comunicação no âmbito dos Planos, Programas e Projetos do PBA entre os vários níveis da organização, gerenciando o recebimento e as respostas às demandas internas e externas, registrando os posicionamentos.

– **Condução de ferramentas de comunicação interna e de análise crítica**

Dentre as ferramentas de comunicação interna e de análise crítica destaca-se:

- ✓ Reuniões semanais do Comitê de Gestão Ambiental (CGA) em Altamira, para análise crítica e acompanhamento do andamento da implantação dos Planos, Programas e Projetos do PBA. Dele participam representantes da Norte Energia, Coordenadoras, Gestora e empresas Executoras convidadas, e dessas reuniões derivam decisões e providências registradas em ata e acompanhadas, também semanalmente, inclusive por meio do *Sistema de Alerta* veiculado internamente aos *players* do PBA e do PBA-CI;
- ✓ Reuniões periódicas ou extraordinárias de acompanhamento de pacotes de trabalho e de GT's específicos, visando promover as interfaces e estabelecer planos de ação;
- ✓ Reuniões do Comitê Interno de Comunicação (CIC), objetivando também a operacionalização do mecanismo de reclamações;
- ✓ Reuniões mensais do CMA, com participação do Diretor Socioambiental, todos os Superintendentes e Gerentes da DS e a empresa Gestora; e
- ✓ Ampliação da abrangência da comunicação interna elevando-a até a Presidência, todas as Diretorias e o CMA no tocante ao acompanhamento físico, de atendimento de escopo e de alocação de custos afetos aos Planos, Programas e Projetos do PBA.

Esses encontros são importante ferramenta de alinhamento periódico, integração entre as equipes e de análise crítica. Além de otimizar atividades, têm proporcionado maior agilidade à tomada de decisão e à efetivação das providências necessárias ao encaminhamento de demandas nela discutidas.

– **Operacionalização do Sistema de Alerta**

Veiculado internamente e implantado no âmbito do SGP, o Sistema de Alerta vem permitindo a continuidade do acompanhamento e do atendimento às demandas e obrigações do empreendedor junto aos diferentes órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, bem como aos agentes financiadores.

Por meio de alertas automáticos, são apontadas as demandas e os compromissos estabelecidos por meio de ofícios/correspondências, licenças, condicionantes, autorizações, desvios e não conformidades identificadas, bem como providências definidas em Atas de Reunião externas e internas.

– **Condução de ferramentas de comunicação externa e de interação com as partes interessadas:**

Proporcionadas pelo Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM) e suas Comissões e Comitês temáticos, foram realizadas, no período de julho a dezembro de 2014, 13 (treze) reuniões. Assim, até dezembro de 2014, tem-se um total de 14 (catorze) encontros do Colegiado do Fórum – duas delas levadas a termo de junho a dezembro de 2014 -, além de 63 (sessenta e três) reuniões de suas seis Comissões e dois Comitês até então formados.

Ressalta-se a criação de uma nova Comissão no âmbito do FASBM, em 16/12/2014, a *Comissão Técnica do Cacau*, como resultado da carta de intenções elaborada durante o I Seminário da Cadeia Produtiva do Cacau, realizado no 1º semestre de 2014.

Os **Quadros 2 - 3 a 2 - 12**, a seguir, apresentam os dados consolidados das reuniões do FASBM até dezembro/2014 para o Colegiado do Fórum, bem como de suas Comissões específicas e Comitês Temáticos. Já os **Quadros 2 - 13 a 2 - 21** contemplam a composição do Colegiado, Comissões e Comitês e evidenciam a representatividade alcançada por esse instrumento estratégico.

Quadro 2 - 3 - Dados consolidados do Fórum de Acompanhamento Social, Comissões Específicas e Comitês Temáticos até dezembro de 2014

ASSUNTO DA COMISSÃO/COMITÊ	DATA DE INÍCIO	Nº DE ENCONTROS	Nº TOTAL DE PARTICIPANTES
Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social – FASBM	14/07/2011	14	527
Comissão dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais (CMSSE)	24/11/2011	08	190
Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida (CAPA)	12/04/2011	10	176
Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos (CMFB)	29/11/2011	07	98
Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande de Xingu (CPGIVGX)	12/07/2012	09	249
Comissão da Pesca e Aquicultura (CPA)	08/11/2012	05	254
Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações –STE (CASTE)	30/10/2012	10	166
Comitê de Acompanhamento Permanente do Reassentamento Urbano Coletivo (CPRUC)	20/04/2012	13	259
Comissão Técnica do Cacau (CTC)	16/12/2014	01	16
TOTAL GERAL			1.935

Quadro 2 - 4 - Dados consolidados do Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social (FASBM) até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2011			
1	14/07/2011	Abertura e criação do Fórum	60
2	11/08/2011	Proposição, discussão e aprovação do regimento interno	35
3	12/10/2011	Apresentação do Projeto Básico Ambiental	34
4	30/11/2011	Obras sociais previstas, comissões do Fórum	34
2012			
5	25/01/2012	Programa de Remanejamento da População UHE Belo Monte	53
6	19/04/2012	Regularização fundiária	39
7	31/07/2012	Plano de Saúde Pública	28
8	23/10/2012	Programa de Acompanhamento Social	38
2013			
9	05/02/2013	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	44
10	30/04/2013	Apresentação de Informações sobre o Reassentamento Urbano Coletivo - RUC	49
11	24/09/2013	Apresentação do Projeto Orla de Altamira	25
2014			
12	18/03/2014	Apresentação de Informações sobre o andamento do Projeto Parques e Reurbanização de Orla de Altamira/PA	60
13	29/10/2014	Apresentação de informações sobre o andamento dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural	18
14	09/12/2014	1ª Visita guiada do Colegiado do FASBM aos Canteiros de Obras da UHE Belo Monte	10
TOTAL			527

Quadro 2 - 5 - Dados consolidados da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais (CMSSE) até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2011			
1	24/11/2011	1ª Abertura e criação da CMSSE	28
2	12/12/2011	2ª Apresentação dos planos, programas e projetos socioeconômicos do PBA	22
2012			
3	29/05/2012	3ª Informações sobre as obras dos equipamentos sociais	28
4	13/09/2012	Atendimento a solicitação da entidade de apresentação sobre o PBA e seus programas socioeconômicos	36
2013			
5	26/02/2013	4ª Apresentação do Projeto de Recomposição/ Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação, com apresentação do Sistema de Análise de Suficiência das Obras de Educação.	19
6	28/11/2013	5ª Apresentação de informações sobre o Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte	17
2014			
7	10/04/2014	6ª Apresentação de informações sobre o Programa de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte	21
8	22/08/2014	7ª Apresentação de informações sobre o acompanhamento social das famílias da área urbana de Altamira	19
TOTAL			190

Quadro 2 - 6 - Dados consolidados da Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida (CAPA) até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2011			
1	12/04/2011	Criação da Comissão e discussão sobre assistência técnica aos agricultores das áreas afetadas	11
2	26/08/2011	1ª Apresentação das negociações cartas de crédito	9
3	02/09/2011	2ª Apresentação das negociações cartas de crédito	15
4	15/09/2011	3ª Inventário florestal e delineamento do mercado madeireiro	39

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
5	20/04/2012	Criação do Comitê Permanente de Acompanhamento do Reassentamento Urbano (<i>ver quadro específico após criação</i>)	19
2013			
6	12/08/2013	4ª Apresentação da revisão do Caderno de Preços da área rural	11
7	04/09/2013	5ª Apresentação de informações sobre o Caderno de Preços da Zona Rural	18
8	23/09/2013	6ª Apresentação de justificativa técnica para revisão dos valores, bem como os critérios utilizados para o cálculo dos preços, incluindo o detalhamento das metodologias empregadas, do caderno de preços revisado.	30
2014			
9	27/06/2014	7ª Apresentação de Informações sobre o Reassentamento Rural.	09
10	25/09/2014	8ª Apresentação de informações sobre: <ul style="list-style-type: none"> – Caderno de Preços Rural (revisão 2013) - Apresentação da consolidação final dos valores indenizatórios da cultura do cacaueteiro tecnificado (incorporação das recomendações da CEPLAC e APRUPAVIX a proposta inicial da Norte Energia); – Carta de Crédito; e – Procedimentos de Negociações. 	15
TOTAL			176

Quadro 2 - 7 - Dados consolidados da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos (CMFB) até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2011			
1	29/11/2011	1ª Abertura e criação da Comissão	16
2012			
2	26/03/2012	2ª Planos, programas e projetos Físicos e Bióticos	14
3	08/08/2012	3ª Delineamento do Mercado Madeireiro	20
2013			

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
4	23/04/2013	4ª Informações sobre o monitoramento da qualidade da água	17
5	27/08/2013	5ª Apresentação de Informações sobre o Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico	09
2014			
6	27/03/2014	6ª Apresentação de informações sobre o Projeto de Endemias com destaque para a fauna silvestre.	07
7	30/09/2014	7ª Apresentação de informações sobre o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - PACUERA	15
TOTAL			98

Quadro 2 - 8 - Dados consolidados da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (CGIVGX) até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
1	12/07/2012	1ª Criação da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	55
2	30/10/2012	2ª Sistema de Transposição de Embarcações	59
2013			
3	27/03/2013	3ª Apresentação dos Resultados de Monitoramento da Navegação e das condições de vida da População	17
4	05/06/2013	4ª Apresentação dos Estudos da Qualidade da Água do Rio Xingu	18
5	12/11/2013	5ª Apresentação de informações sobre as reuniões com as comunidades da Volta Grande: Ressaca, Ilha da Fazenda, Bacajá, Nova Conquista, Maranhenses e Bacajá. Preparação do STE para o próximo período de cheia. Reunião em conjunto com a 3ª Reunião do Comitê Permanente de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações (CASTE)	19*
6	03/12/2013	Visita às instalações do Sistema de Transposição de Embarcações - STE	11
2014			
7	16/04/2014	6ª Apresentar informações sobre: cronograma das próximas reuniões com comunidades da Volta Grande; resultados do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu; funcionamento do STE.	19

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
8	17/09/2014	7ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE. <u>Foram tratados:</u> i. Balanço dos resultados obtidos, até o momento, do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Vida na Volta Grande e informe da alteração do período de fechamento do canal direito do Rio Xingu; ii. Resultado do monitoramento do STE durante o período de cheia/2014.	39*
9	09/12/2014	8ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e 5ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE. <u>Foram tratados:</u> - Balanço dos resultados obtidos, até o momento, do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande. - Preparação do STE para o próximo período de cheia/2015.	12
TOTAL			249

Nota: como as reuniões ocorreram de maneira conjunta, o quantitativo de participantes foi somado em ambas às comissões.

Quadro 2 - 9 - Dados consolidados da Comissão da Pesca e Aquicultura (CPA) até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
1	08/11/2012	Criação da Comissão da Comissão da Pesca	57
2	29/11/2012	1ª Apresentação do desenvolvimento do Cadastro Socioeconômico, Projetos Relacionados e Projeto Orla, bem como a apresentação do Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável.	55
3	13/12/2012	2ª Apresentação dos dados de Monitoramento obtidos, Resultados das vistorias ocorridas em 07 e 14 de novembro, compensação aos pescadores e proposição para a coordenação das reuniões da Comissão.	40
2013			

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
4	26/06/2013	3ª Reunião I. Informes do andamento dos encaminhamentos da última reunião; II. Informes relativos às ações de reassentamento urbano de interesse dos pescadores moradores até a cota 100 de Altamira; III. Detalhamento de dados do CSE e levantamentos da pesca; IV. Apresentação do Projeto de Aquicultura e Peixes Ornamentais; V. Apresentação dos resultados do Projeto de Pesca Sustentável e VI. Agenda de capacitações.	46
2014			
5	10/12/2014	4ª Reunião I. Projeto de reassentamento rural do Pedral; II. Situação das construções nas colônias de pesca; III. Sugestões de Cursos de Capacitação para o setor Pesqueiro;	56
TOTAL			254

Quadro 2 - 10 - Dados consolidados Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações (CASTE) até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
1	30/10/2012	Discussão sobre as Atribuições do Comitê, apresentação sobre andamento das obras, funcionamento do sistema e Plano de Contingência	59
2	10/12/2012	1ª Apresentação do Plano de Contingência do Sistema de Transposição de Embarcações, Andamento das obras do STE, e Atribuições do Comitê.	6
2013			
3	06/02/2013	1ª Visita ao Sistema de Transposição de Embarcações	12
4	21/03/2013	2ª Reunião Apresentação de informações sobre o Funcionamento do STE	4
5	12/06/2013	2ª Visita ao Sistema de Transposição de Embarcações para apresentação de informações sobre o Funcionamento do STE	8
6	12/11/2013	3ª Apresentação de informações sobre as reuniões com as comunidades da Volta Grande (Ressaca, Ilha da Fazenda, Bacajá, Nova Conquista, Maranhenses e Bacajá) e a preparação do STE para o próximo período de cheia.	19*

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
		Reunião conjunta com a 5ª Reunião da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (CPGIVGX)	
7	03/12/2013	3ª Visita às instalações do Sistema de Transposição de Embarcações - STE	2
2014			
8	24/04/2014	4ª Visita técnica para acompanhamento do funcionamento do STE	05
9	17/09/2014	4ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE e 7ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu. <u>Foram tratados:</u> i. Balanço dos resultados obtidos, até o momento, do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Vida na Volta Grande e informe da alteração do período de fechamento do canal direito do Rio Xingu; ii. Resultado do monitoramento do STE durante o período de cheia/2014.	39*
10	09/12/2014	5ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE e 8ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e <u>Foram tratados:</u> - Balanço dos resultados obtidos, até o momento, do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande. - Preparação do STE para o próximo período de cheia/2015.	12
TOTAL			166

Nota: como as reuniões ocorreram de maneira conjunta, o quantitativo de participantes foi somado em ambas as comissões.

Quadro 2 - 11 - Dados consolidados Comitê de Acompanhamento Permanente do Reassentamento Urbano Coletivo (CPRUC) até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
1	20/04/2012	Criação do Comitê Permanente de Acompanhamento do Reassentamento Urbano	19*

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2013			
2	22/03/2013	1ª Apresentação do projeto de Reassentamento Urbano Coletivo - RUC	24
3	09/04/2013	2ª Apresentação de informações sobre o projeto de Reassentamento Urbano Coletivo - RUC	40
4	10/05/2013	3ª Balanço das atividades Reassentamento Urbano Coletivo - RUC, e encaminhamentos.	26
5	05/07/2013	1ª Visita do Comitê de Acompanhamento do RUC às Casas Modelo para o Reassentamento Urbano Coletivo, construídas na Gleba Jatobá	14
6	01/08/2013	Reunião com IBAMA – Caderno de Preços	23
7	08/08/2013	4ª Apresentação sobre o Caderno de Preços de Terras, Terrenos e Benfeitorias.	20
8	13/11/2013	5ª Apresentação de informações sobre o processo de negociação e mudança das famílias interferidas pela UHE Belo Monte na cidade de Altamira/PA	20
2014			
9	28/02/2014	6ª Apresentação de informações sobre as mudanças das famílias para os novos bairros.	20
10	14/05/2014	7ª Apresentação sobre o início das mudanças das famílias para o RUC São Joaquim	18
11	18/08/2014	8ª Apresentação de informações sobre o andamento da relocação da população para os novos bairros (Reassentamento Urbano Coletivo - RUC)	15
12	26/08/2014	2ª Visita do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano do Fórum de Acompanhamento Social aos novos bairros Jatobá e São Joaquim.	06
13	31/10/2014	9ª Apresentação de informações sobre o balanço das atividades do Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo – RUC	14
TOTAL			259

Nota: o nº de participantes da reunião de criação está contemplado no somatório das reuniões da CAPA, onde este Comitê foi criado; portanto, aqui ele não será somado.

Quadro 2 - 12 - Dados consolidados da Comissão Técnica do Cacau até dezembro de 2014

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2014			
1	16/12/2014	1ª Abertura e criação da Comissão	16
TOTAL			16

A seguir os **Quadros 2 - 13 a 2 - 21** apresentam a composição do Colegiado, Comissões e Comitês.

Quadro 2 - 13 - Fórum de Acompanhamento Social - Composição do Colegiado do FASBM

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Defensoria Pública Estadual
2	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
3	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará – SEMA
4	Poder Executivo de Altamira
5	Poder Executivo de Vitória do Xingu
6	Poder Executivo de Anapu
7	Poder Executivo de Senador José Porfírio
8	Poder Executivo de Brasil Novo
9	Poder Legislativo de Altamira - Câmara de Vereadores
10	Poder Legislativo de Vitória do Xingu - Câmara de Vereadores
11	Poder Legislativo de Anapu - Câmara de Vereadores
12	Poder Legislativo de Senador José Porfírio - Câmara de Vereadores
13	Poder Legislativo de Brasil Novo - Câmara de Vereadores
14	Consórcio Belo Monte de Municípios – CBM
15	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira – STR
16	Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Social da Transamazônica e Xingu - Fort Xingu
17	Sindicato dos Pescadores de Altamira/ Colônia de Pescadores Z-57
18	Casa de Governo/ Altamira
19	FUNAI - Escritório Regional
20	UFPA - Campus Universitário de Altamira
21	Associação das Indústrias Madeireiras de Altamira – AIMAT
22	Conselho dos Bairros e entidades de Moradores de Altamira
23	Associação do Comércio, Indústrias e Agropecuária de Altamira – ACIAPA
24	Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP
25	Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública - 10ª Centro Regional de Saúde
26	Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira – SIRALTA

Quadro 2 - 14 - Composição da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Fundação Tocaia – Altamira
2	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira - MMTA-Campo Cidade – Altamira
3	Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/SEMUTS – Altamira
4	Instituto Federal do Pará - IFPA/SDDH – Altamira
5	Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP – Altamira
6	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR – Vitória do Xingu
7	SINDIART´S Pará - Sindicato dos Artesãos Profissionais Autônomos do Estado do Pará – Altamira
8	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT – Senador José Porfírio
9	SECULT – Secretaria de Cultura, Desporto e Lazer – Anapu
10	Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI-PA – Altamira
11	Associação dos Ribeirinhos do PDS Itatá – AARPI – Altamira
12	Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu – COOPOXIN - Brasil Novo
13	Secretaria de Educação - SEMED – Altamira
14	Grupo Folclórico Revelação – Vitória do Xingu
15	Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira – SIRALTA
16	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT - Anapu
17	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo
18	Associação Hortifruti Granjeiros de Brasil Novo
19	SEMUTS – Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social de Altamira
20	SINTICMA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira da Construção Civil
21	Central Regional de Aquicultura e Pesca – CAPESC – Uruará
22	Rede Educação Cidadã - RECID/PA – Belém
23	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Vitória do Xingu
24	Conselho Tutelar Vitória do Xingu

Quadro 2 - 15 - Composição da Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida - CAPA

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
2	Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI
3	Conselho de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica - CODETER
4	Instituto Tecnológico Sustentável da Amazônia – ITESAN

ORDEM	INSTITUIÇÃO
5	Universidade Federal do Pará - UFPA
6	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC
7	Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Vitória do Xingu – STTR
8	Centro Regional de Apoio a Aquicultura e Pesca – CAPESC
9	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Paksamba – APRUPAVIX
10	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira – STTR
11	Câmara Municipal de Vereadores de Vitória do Xingu
12	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Mineração de Brasil Novo
13	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo – STTR
14	Secretaria Municipal de Agricultura de Vitória do Xingu
15	Secretaria de Agricultura de Altamira – SEMAGRI
16	Associação Estrela que Brilha

Quadro 2- 16 - Composição da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
2	Instituto Federal do Pará – Altamira – IFPA
3	Secretaria de Agricultura – SEMAGRI – Altamira
4	Secretaria de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente SEMAGRI - Brasil Novo -
5	Universidade Estadual do Pará UEPA - Altamira
6	Empresa Brasileira de Pesquisa e Extensão – EMBRAPA – Altamira
7	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT – Altamira
8	Secretaria de Meio Ambiente SEMAT - Vitória do Xingu
9	Secretaria de Meio Ambiente – SEMAT - Anapu
10	Secretaria de Meio Ambiente SEMAT - Senador José Porfírio
11	Associação dos Produtores e Pescadores das Ilhas do Alto e Baixo Xingu - AMPIBAX – Vitória do Xingu
12	Colônia de Pescadores Z-12 de Vitória do Xingu
13	Sindicato dos Artesãos Profissionais Autônomos - SINDIART`S - Estado do Pará
14	Casa Familiar Rural de Brasil Novo
15	Associação das Indústrias Madeireiras de Altamira – AIMAT
16	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira da Construção Civil – SINTICMA

Quadro 2 - 17 - Composição da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu - CGVGX

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Associação dos Produtores Rurais das glebas, Ituna, Bacajá e Bacajá – APRIBAI
2	Associação dos Produtores Rurais da Ilha da Fazenda e Ressaca
3	Associação de Carpinteiros Navais e Barqueiros de Altamira
4	Colônia dos Pescadores de Senador José Porfírio – Z 70.
5	Colônia dos Pescadores de Altamira – Z 57
6	Cooperativa dos Pescadores de Altamira
7	Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Itatá, Galo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda – COOMGRIF
8	Cooperativa de Barqueiros e Voadeiras do Xingu – APIVOAL/COOPIBAVOX
9	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira
10	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador José Porfírio
11	Associação dos Agricultores da Volta Grande do rio Xingu
12	Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC
13	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
14	Associação Surubim dos Produtores Rurais da Vicinal Novo Progresso - ASPRAN
15	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu
16	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Altamira e Região – APRAAR
17	Associação de Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira
18	Secretaria Municipal de Saúde de Anapu
19	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória do Xingu
20	Associação dos Produtores Rurais Assentados nos Projetos de Assentamentos no Município de Senador José Porfírio – APRAPAN
21	Corpo de Bombeiros Militar do Pará

Quadro 2 - 18 - Composição da Comissão da Pesca e Aquicultura (CPA)

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA
2	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
3	Ministério do Planejamento
4	Secretaria do Estado da Pesca e Aquicultura Regional Xingu – SEPAQ
5	Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira – ACEPOAT
6	Sindicato dos Pescadores de Altamira/Colônia de Pescadores DE Altamira Z-57
7	Colônia de Pescadores de Vitória do Xingu Z-12

ORDEM	INSTITUIÇÃO
8	Cooperativa dos Pescadores de Altamira
9	Colônia de Pescadores de Porto de Moz Z-64
10	Defensora Pública do Estado
11	Casa de Governo em Altamira
12	Representantes do Grupo de Pescadores
13	Representante da Comissão dos índios Pescadores e Ribeirinhos do Médio Xingu
14	FUNAI - Regional Xingu

Quadro 2 - 19 - Composição do Comitê do Sistema de Transposição de Embarcações – STE (CASTE)

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Norte Energia
2	Comissão Municipal da Defesa Civil
3	Associação dos Produtores da Gleba Ituna, Bacajá e Bacajai – APRIBAI
4	Colônia dos Pescadores de Altamira Z-57
5	Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira – ACEPOAT
6	Associação dos Produtores Rurais Assentados nos Projetos de Assentamentos no Município de Senador José Porfírio – APRAPAN

Quadro 2 - 20 - Composição do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano - Comitê RUC

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Associação de Bairros Jardim Independente I- AMBAJI - I
2	Associação de Bairros Jardim Independente II- AMBAJI - II
3	Conselho Municipal da Associação de Bairros de Altamira – COMABA
4	Casa de Governo/Altamira
5	Consórcio Belo Monte de Municípios – CBM
6	Comissão Municipal de Defesa Civil
7	Direitos Humanos - Centro de Referência de Direitos Humanos - Ouvidoria Regional dos DH da Presidência da República
8	Entidades Regionais/Locais de Ensino e Pesquisa – UFPA
9	FUNAI - Regional Xingu
10	Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira - Campo e Cidade – MMTACC
11	Poder Legislativo de Altamira - Câmara de Vereadores de Altamira
12	Associação dos Moradores do Bairro Alberto Soares
13	SEMUTS - Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social

ORDEM	INSTITUIÇÃO
14	Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira – SEPLAN
15	Sociedade Civil Organizada/Conselho dos Bairros e Entidades de Moradores de Altamira – CONBEMAT
16	Corpo de Bombeiros Militar de Altamira
17	Conselho Municipal de Habitação
18	Conselho de Assistência Social

Quadro 2 - 21 - Comissão Técnica do Cacau - Convidados para a Reunião de Criação da Comissão

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Secretaria Municipal de Agricultura de Altamira – SEMAGRI
2	Secretaria Municipal de Agricultura de Brasil Novo
3	Secretaria Municipal de Agricultura de Vitória do Xingu
4	Secretaria Municipal de Agricultura de Anapu
5	Secretaria Municipal de Agricultura de Senador José Porfírio
6	Secretaria Municipal de Agricultura de Medicilândia
7	Secretaria Municipal de Agricultura de Pacajá
8	Secretaria Municipal de Agricultura de Uruará
9	UFPA, através da Faculdade de Agronomia
10	CEPLAC - Escritório Regional e locais
11	EMATER - Escritório Regional
12	EMBRAPA
13	IDEFLOR
14	IPAM
15	SEBRAE
16	SENAR
17	Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP
18	Sindicato de Produtores Rurais - Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira – SIRALTA
19	Central de Cooperativas de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu – CEPOTX
20	COOPATRANS
	Cacauway - Fábrica de Chocolate
21	Barry Callebaut Brasil S.A
22	T.T Comércio LTDA
23	Organização Bonfim (Razão Social - S.L. Indústria e Comércio Ltda.)

ORDEM	INSTITUIÇÃO
24	ARCAFAR/PA - Associação regional das Casas Familiares Rurais do Pará
25	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

No âmbito do SGA foram estabelecidas diretrizes para a Gestão da informação, contidas em procedimentos constantes do **Quadro 2 - 2**, anteriormente apresentado, e que estabelecem as condições para concretizar o Plano de Documentos e Registros, assegurar e evidenciar a implantação dos Planos, Programas e projetos do PBA, atender aos requisitos os quais o empreendedor se compromete e garantir a integridade e a disponibilidade da informação.

Há que se ressaltar o papel integrador e disseminador de informações, internamente à Norte Energia, representado pelo SGP, sistema gerencial, operado *on line* internamente e em caráter restrito à Norte Energia, que permite aos Superintendentes e aos Gerentes da DS acessar, para cada pacote de trabalho e com periodicidade mensal, o avanço físico em relação à linha de base representada pelo cronograma constante do PBA ou com alterações aprovadas pelo IBAMA, bem como a apropriação dos custos para sua implementação.

Destaca-se ainda que são emitidos relatórios gerenciais mensais pelas empresas responsáveis pela execução (RGM-E's), coordenação (RGM-C's) e gestão (RGM-G) dos Planos, Programas e Projetos componentes do PBA, conforme padrões estabelecidos pela empresa Gestora e previamente validados pela Norte Energia.

Além disso, semanalmente procede-se à emissão de boletins para a DS – Diretor, Superintendentes e Gerentes - monitorando o conteúdo e os prazos das demandas provenientes do IBAMA, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional das Águas (ANA) além de outros órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e o seu atendimento/respostas, sendo que os prazos atrelados a essas demandas são gerenciados no âmbito do sistema de alerta antes aqui referenciado.

2.2.5. OPERACIONALIZAÇÃO DO SIG-A

O SIG-A é um conjunto de sistemas computacionais responsáveis pelo envio, recebimento, aprovação, publicação e visualização dos dados brutos coletados em campo a partir das campanhas realizadas no âmbito dos diferentes Planos, Programas e Projetos que compõem o PBA da UHE Belo Monte.

O SIG-A é composto basicamente por um conjunto de três sistemas computacionais:

- Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP) – responsável pelo envio, recebimento e acompanhamento do status de geração dos relatórios e planilhas de dados brutos;
- GeoEXPLO – sistema gerenciador do banco de dados com a função de armazenamento, gerenciamento e consulta dos dados gerados nas campanhas dos monitoramentos do PBA; e
- Servidor de Camadas (GeoServer) – responsável pela publicação e visualização de dados georreferenciados dispostos em diferentes formatos cartográficos (*raster* e *vetorial*).

Tal estrutura permite a troca de informações afetas ao monitoramento ambiental da UHE Belo Monte, em sua Etapa de Implantação, entre os técnicos da empresa empreendedora e as empresas executoras dos diferentes pacotes de trabalho do PBA, na medida em que são gerados novos dados de campo obtidos durante as campanhas de monitoramento ambiental, os quais são incorporados sistematicamente no Banco de Dados da Norte Energia e disponibilizados para os demais usuários do sistema. Para esse acompanhamento, necessita-se de um trabalho continuado de estruturação e atualização do SIG-A, que possibilita atender às condicionantes elencadas no processo de licenciamento da construção da UHE Belo Monte, bem como as demandas constantes dos pareceres e ofícios emitidos pelo órgão regulador, no âmbito do referido processo.

No contexto do Geoexplor, que pode ser acessado via internet pelos usuários do Sistema, é permitido identificar em mapa as áreas e locais de monitoramentos previstos no PBA Belo Monte, a sua abrangência espacial e a multidisciplinariedade dos levantamentos, pesquisas e monitoramentos de campo incorporados no Banco de Dados, no âmbito dos diferentes planos, programas e projetos do PBA. Por sua vez, a edição dos dados, bem como a operacionalização e importação das camadas espaciais georreferenciadas, podem ser feitas via Geoserver.

Diante da complexidade da estrutura do SIG-A, fez-se necessária uma estratégia de integração entre tais ferramentas, a fim de garantir a melhor usabilidade das mesmas, além de aperfeiçoar seus processos.

Dentre os principais avanços auferidos para aprimoramento da referida estrutura e operacionalização do sistema, destacam-se:

- Aprovação do procedimento “Padrão de Sistema - Envio do BDB via SGP e Consulta ao *GeoExplo*”, encartado ao 6º RC, que apresenta a metodologia de encaminhamento e validação dos Bancos de Dados Brutos (BDB's), via SGP, até sua efetiva inserção no *GeoExplo*, pela Equipe SIG-A, bem como, orientações para consultas de dados armazenados no *GeoExplo*;
- Início da operacionalização do SGP, em conjunto com o *GeoExplo*;

- Operacionalização do *GeoExplo*, onde estão sendo atualizados sistematicamente os registros das campanhas de monitoramento ambiental da UHE Belo Monte;
- Aprimoramento do Servidor de Informações Geográficas, *GeoServer*, cujos dados contidos no Banco de Dados da UHE Belo Monte (*Geoexplo*) estão sendo incorporados em ambiente digital georreferenciado, em camadas espaciais que podem ser importadas, visando subsidiarem os usuários do sistema.

O Banco de Dados relacionado aos procedimentos contemplados no Parecer Técnico 52/2011, emitido pelo IBAMA, abrange um acervo total de 134 arquivos, provenientes de 44 (quarenta e quatro) pacotes de trabalho (PTs). Os dados atualizados no Banco, até o presente semestre, são afetos aos seguintes PT's:

Os dados atualizados no Banco, no presente semestre, são afetos aos seguintes PTs: 10.1 (Programa de Monitoramento da Sismicidade), que contém 2916 registros; 10.2.1 (Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários), que contém 260; 10.3 (Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos), que contém 1027 registros; 10.4 (Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios), que contém 79 registros; 11.1.1 (Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico), que contém 363 registros; 11.3.1 (Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas), que contém 766 registros; 11.3.2 (Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas), que contém 492 registros; 11.5 (Programa de Monitoramento do Microclima Local), que contém 20.476 registros; 12.2.2 (Projeto de Formação de Banco de Germoplasma), que contém 307 registros; 12.3.3 (Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento), que contém 2.262 registros; 12.3.4 (Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre), que contém 448 registros; 12.4 (Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea), que contém 3.216 registros; 13.3.1 (Projeto de Investigação Taxonômica), que contém 1.328 registros; 13.3.2 (Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna), que contém 14.000 registros; e 12.1.1 (Projeto de Desmatamento), que contém 42.500 registros.

2.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO

A planilha de atendimento aos objetivos do PGA é apresentada na sequência.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
	A observância plena dos princípios da Política de Meio Ambiente e da Missão do empreendedor da UHE Belo Monte e a busca contínua do atendimento aos objetivos, metas e diretrizes estratégicas por elas estabelecidas;	Em atendimento	não há	A Política de Gestão Ambiental, Objetivos, Metas e demais diretrizes da UHE Belo Monte estão estabelecidas nos procedimentos do arcabouço documental do SGA, os quais norteiam as ações previstas nos diferentes pacotes de trabalho do PBA e vêm sendo reportados no âmbito dos relatórios semestrais.
	O atendimento aos requisitos legais aplicáveis, de cunho nacional ou internacional – estes configurados por tratados e acordos pertinentes -, com especial ênfase ao conteúdo detalhado do PBA e ao escopo de condicionantes ambientais apostas pelo órgão ambiental quando da concessão da Licença Prévia (LP);	Em atendimento	não há	A estratégia adotada de atendimento aos requisitos aplicáveis ao empreendimento abrange diferentes ações, entre elas, resumidamente: levantamento dos requisitos legais aplicáveis no âmbito federal, estadual, municipal, internacional (tratados/ acordos) e divulgados pela Planilha de Normas e Leis; atualização do Manual de Requisitos Jurídico Ambiental para dirimir dúvidas do dia-a-dia acerca da aplicabilidade do normativo aplicável; mecanismo de Gestão da Conformidade, que engloba o tratamento dos desvios e não conformidades identificados, os quais são monitorados semanalmente pelo Sistema de Alerta, assim como o são os demais requisitos aplicáveis, tais como os compromissos, condicionantes de licenças, autorizações, e autorizações, demandas dos órgãos intervenientes.
Configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte sob o ponto de vista ambiental, de saúde e segurança, contando para tal com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas.	A adequação às expectativas dos acionistas, colaboradores, comunidade local e sociedade em geral no sentido de maximizar a minimização dos impactos associados à implantação do empreendimento, mantendo essas partes interessadas continuamente informadas, com a devida transparência, a respeito dos resultados alcançados quanto ao tratamento desses impactos;	Em atendimento	não há	No que tange à comunidade local e à sociedade em geral, a operacionalização do FASBM, desde junho/2011, vem alcançando importância crescente enquanto instrumento de interação e discussão das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte junto à sociedade civil e concretiza-se como um processo participativo, transparente e de diálogo com as comunidades e lideranças. Neste contexto, foram realizados, até dezembro/2014, 14 (quatorze) encontros do Colegiado do Fórum, além de um total de 63 (sessenta e três) reuniões de suas seis Comissões e dois Comitês até então formados. Detalhes dessas reuniões constam do item 2.2.4 , que também evidencia, nos Quadros 2-13 a 2-21 , a representatividade alcançada por esse instrumento estratégico, onde se pode identificar as entidades que compõem os referidos fóruns. No tocante aos acionistas e colaboradores, as ferramentas de gestão adotadas pelo PGA proporcionam suporte no gerenciamento de prazos, escopo, custos, riscos e comunicação, com ênfase, no caso dos acionistas, em fornecer informações atualizadas do andamento dos pacotes de trabalho e gerenciar riscos para a tomada de decisão; no caso dos colaboradores, a ênfase é no controle de prazos e escopo.
	O desenvolvimento sustentável e a utilização dos recursos naturais renováveis na área de implementação da UHE Belo Monte, aqui se subentendendo a contínua atenção aos limites identificados para a capacidade de suporte destes recursos frente às novas demandas configuradas direta ou indiretamente pelo empreendimento;	Em atendimento	não há	Embora se trate de um objetivo de cunho genérico, não sendo possível imputar exclusivamente ao empreendedor essa responsabilidade, considerando as atividades previstas no âmbito dos diferentes planos, programas e projetos, o atendimento aos parâmetros legais aplicáveis são acompanhados pelo mecanismo de Gestão da Conformidade e contribui para a melhoria contínua do desempenho e, conseqüentemente, do uso dos recursos naturais necessários às referidas atividades de implantação do empreendimento.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
	A proteção da saúde humana, do patrimônio cultural e da biodiversidade, incluindo-se, no âmbito desta última, espécies tidas como ameaçadas e ecossistemas sensíveis;	Em atendimento	não há	O atendimento a esses objetivos é evidenciado nos resultados de pacotes de trabalho, cujas diretrizes são acompanhadas pelo PGA: <u>saúde humana</u> - no bojo do Plano de Saúde, com o estabelecimento da infraestrutura de saúde (obras), capacitações, ações de prevenção e controle de doenças, incluindo malária, com significativos avanços alcançados; <u>patrimônio cultural</u> - no bojo do Plano 9, com ações voltadas para estudos, preservação, prospecção, salvamento, registro, educação das comunidades, dos colaboradores e terceiros; <u>biodiversidade</u> - em especial, no tocante às espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis, pode-se citar a Implantação dos Módulos Rapeld e o Programa de Compensação Ambiental, cuja recente deliberação do CCAF definiu pelo modo de aplicação dos recursos da compensação ambiental e das Unidades de Conservação (UC's) federais. As tratativas de elaboração do Termo de Compromisso e Plano de Trabalho para implementação de UC's já foi iniciada. Maiores detalhes serão fornecidos por cada pacote de trabalho. Convém ressaltar a criação do Plano de Ação para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - tanto para fauna como flora (no âmbito da Condic.2.20-d LI); e, finalmente, os Planos de Conservação de Ecossistemas Terrestres e de Conservação de Ecossistemas aquáticos, concebidos com foco antes do empreendimento, no diagnóstico e, depois, nas ações que permitam à conservação e à diversidade das espécies.
Configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte sob o ponto de vista ambiental, de saúde e segurança, contando para tal com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas.	O respeito ao modo de vida e ao patrimônio imaterial das populações que habitam, em especial, a Área Diretamente Afetada (ADA) e a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, com ênfase especial para as comunidades tradicionais e indígenas;	Em andamento	não há	O atendimento a esse objetivo é evidenciado, no PBA Geral, nos resultados do Projeto de Reparação Rural (4.1.5) e Projeto de Reparação Urbano (4.4.4) cujas diretrizes são acompanhadas pelo PGA. O objetivo do pacote de trabalho 4.4.4, por exemplo, " <i>é a compensação material para as alterações imateriais, contribuindo para a reconstrução dos modos de vida sob novas bases visando a melhoria das condições de vida da população</i> " e a metodologia adotada é a construção participativa junto aos grupos de interesse por Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), para identificar perdas e discutir as compensações. No que tange às comunidades indígenas, os resultados são demonstrados no PBA do Componente Indígena.
	A avaliação da incidência de impactos cumulativos e sinérgicos decorrentes da implantação das obras, e posteriormente também da operação do empreendimento, em atributos e variáveis ambientais presentes nas áreas de influência do empreendimento, também com destaque para as ADA e AID;	Em atendimento	não há	Este objetivo está vinculado à meta de "revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da etapa de Implantação (...)" e, para tanto, foi estabelecida uma sistemática de acompanhamento e atualização dos impactos ambientais, declarados no EIA, de modo a identificar e avaliar novos impactos que venham a surgir no decorrer do Projeto, bem como as ações de gestão planejadas, implantadas e/ou novas ações propostas para fazer frente aos impactos, sua associação com os Planos, Programas e Projetos do PBA, bem como a efetividade das referidas ações. Essa sistemática encontra-se expressa no procedimento denominado " <i>Padrão de Sistema Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais</i> " e maiores detalhes encontram-se no item 2.2 deste relatório.
	A implementação das alternativas de construção que se mostrem com menor potencial de impactos associados, sempre respeitando a sua exequibilidade;	Em atendimento	não há	O acompanhamento do atendimento deste objetivo é possível pelo mecanismo de Gestão da Conformidade que contribui para a melhoria contínua do desempenho do empreendedor na execução das atividades de implantação do empreendimento, inclusive no que tange a processos construtivos. Assim, eventuais desvios ou não conformidades identificados e registrados são acompanhados pelo PGA até o tratamento do desvio e retorno à situação de normalidade. Detalhes acerca deste mecanismo são apresentados no item 2.2.3 deste relatório.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>Configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte sob o ponto de vista ambiental, de saúde e segurança, contando para tal com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas.</p>	<p>A prevenção, sempre que possível, e a adequada mitigação de impactos negativos e riscos ao meio ambiente e à população decorrentes da geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, promovendo, para tal, a adequada gestão desses aspectos ambientais ligados diretamente à implantação da UHE Belo Monte, contando, para tal, com o monitoramento da eficácia dos sistemas de controle ambiental intrínseco projetados e implantados nos diferentes elementos da infraestrutura de construção e nas estruturas que compõem o arranjo geral do aproveitamento hidrelétrico;</p>	Em atendimento	não há	<p>Este objetivo está diretamente vinculado à execução do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e, além disso, quaisquer desvios ou não conformidades identificados na execução das referidas atividades são registrados e acompanhados pelo PGA no âmbito do mecanismo de Gestão da Conformidade até o tratamento do desvio e retorno à situação de normalidade, conforme expresso no "Padrão de Sistema de Tratamento de Não Conformidades, Ações Corretivas e Preventivas". Além disso, consta do arcabouço documental do SGA o procedimento "PS Supervisão Ambiental da Obra Principal da UHE Belo Monte", cujo campo de aplicação são as atividades construtivas dos canteiros de obras e demais controles no âmbito do PAC.</p>
	<p>A manutenção de condições apropriadas para atuação em situações de emergência que representem risco à vida das pessoas durante a implantação e a operação do empreendimento, tais como incêndios e explosões;</p>	Em atendimento	não há	<p>Conforme expresso no "Plano de Atendimento às Emergências ambientais nas obras principais e do entorno da UHE Belo Monte", que discorre sobre a sistemática de ações integradas para atender a situações de emergências ambientais visando o controle da situação de forma rápida e eficaz, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente, minimizar ou eliminar os riscos ambientais e suas consequências, as obrigações e responsabilidades.</p>
	<p>O fortalecimento da imagem pública e da reputação do empreendedor em função de posturas pró-ativas na busca da melhoria contínua da qualidade dos atributos ambientais dos ecossistemas na região de inserção do empreendimento, assim como dos atributos sociais afetos aos colaboradores envolvidos na implementação e aos atingidos pela UHE Belo Monte; e</p>	Em atendimento	não há	<p>A implantação e o aprimoramento das ferramentas de gestão, ao evidenciarem o atendimento aos requisitos, demandas, licenças, condicionantes, autorizações, compromissos e demais requisitos do processo de licenciamento do empreendimento, ao mesmo tempo que mantêm um canal de comunicação transparente junto às partes interessadas, permitem o fortalecimento da imagem pública e da reputação da Norte Energia.</p>
	<p>Satisfação das expectativas e previsões do empreendedor quanto ao prazo e ao custo da implementação do empreendimento.</p>	Em atendimento	não há	<p>As ferramentas de gestão adotadas pelo PGA proporcionam suporte no gerenciamento de prazos, escopo, custos, riscos e comunicação e contribuem para conduzir as ações de maneira ao pleno atendimento à estas expectativas.</p>

2.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO

A planilha de atendimento às metas do PGA é apresentada na sequência.

META	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>A supervisão da implementação do PBA e das condicionantes das licenças ambientais, em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos, no PBA, para todos os Planos, Programas e Projetos, assim como nas licenças no que tange às condicionantes, com ênfase, mas não se restringindo:</p>	Em atendimento	não há	<p>Seu atendimento observa-se pelo estabelecimento do Plano de Gerenciamento do PBA do PGA, que homogeneizou o formato do planejamento de todos os Planos, Programas e Projetos do PBA, para permitir o monitoramento e controle uniforme e centralizado de todas as ações necessárias à implantação do PBA do empreendimento, estando estas sob a responsabilidade de diversos <i>players</i> distintos com ênfase nos seguintes pilares: (i) escopo, (ii) tempo, (iii) qualidade e (iv) comunicação, além do estabelecimento dos papéis da governança do projeto, ou seja, as responsabilidades de cada <i>player</i>.</p>
<p>Ao acompanhamento das campanhas de campo especificadas nos Programas e Projetos - e porventura complementados por condicionantes - voltados para monitoramentos sistemáticos.</p>	Em atendimento	não há	<p>Esta meta está sendo atendida com a operacionalização do SIG-A - o Banco de Dados de monitoramento ambiental da UHE Belo Monte, estruturado e compilado desde o início da implantação do empreendimento e vem sendo alvo de constante aprimoramento, permitindo o repositório, a consulta e a disponibilização de uma ampla gama de dados dos diferentes pacotes de trabalho.</p>
<p>Ao acompanhamento sistemático dos indicadores que retratam o fluxo de migração de população direta e indiretamente atraída pelas obras, bem como as alterações nas atividades econômicas na região de inserção do empreendimento;</p>	Em atendimento	não há	<p>O atendimento a essa meta é evidenciado nos resultados de pacote de trabalho 7.4 - Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.</p>
<p>Ao acompanhamento sistemático dos indicadores que retratam as demandas por serviços públicos e por infraestrutura social derivadas do fluxo migratório provocado, em especial nos municípios da AID, assim como as melhorias que serão imputadas nesses serviços sociais em decorrência da implementação do Plano de Articulação Institucional e do Plano de Requalificação Urbana;</p>	Em atendimento	não há	<p>O atendimento a essa meta é evidenciado nos resultados de pacote de trabalho 7.4 - Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, bem como pelos indicadores de desempenho de alguns dos pacotes de trabalho em nível de Gestão de Acurácia, relacionados à área urbana - reassentamento urbano coletivo, saneamento básico e obras de educação e saúde.</p>
<p>Ao acompanhamento do desempenho de cada Plano, Programa e Projeto do PBA, através dos indicadores especificados em cada um deles, interagindo tecnicamente com os seus responsáveis para a promoção de ajustes, quando necessário;</p>	Em atendimento	não há	<p>O atendimento a essa meta é evidenciado pelo acompanhamento do desempenho de cada pacote de trabalho por meio das análises contínuas da equipe da empresa gestora, a instituição das reuniões periódicas de análise crítica e dos GT's, além do processo de atualização semestral da Planilha de Objetivos, Metas e Indicadores. Este acompanhamento é traduzido, em detalhe, no conteúdo do relatório semestral consolidado de cada Plano, Programa e Projeto, apresentado junto ao IBAMA</p>
<p>À revisão técnica dos relatórios (periódicos e consolidados) emitidos no âmbito de cada Plano, Programa e Projeto, também aqui interagindo tecnicamente com os responsáveis técnicos pelos mesmos para a promoção de ajustes e complementações, quando necessário;</p>	Em atendimento	não há	<p>Meta sendo atendida pela análise crítica, pela equipe da empresa gestora, dos RGM-E's e RGM-C's de todos os pacotes de trabalho, bem como das Notas Técnicas elaboradas pela Norte Energia e Ofícios encaminhados pelo IBAMA, além da consolidação dos relatórios semestrais</p>
<p>Ao controle de prazos para emissões internas e externas ao empreendedor dos relatórios produzidos no contexto de cada Plano, Programa e Projeto, também com a devida interação com os responsáveis técnicos conforme acima explicitado;</p>	Em atendimento	não há	<p>Em atendimento pelo Plano de Gerenciamento do PBA do PGA que, além de fornecer os padrões para elaboração dos relatórios gerenciais, realiza o controle de prazos de emissão dos relatórios internos e externos por meio do Sistema de Alerta interno aos <i>players</i> do PBA e PBA-CI.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
À organização de toda a documentação relativa ao processo de implantação do PBA, bem como o gerenciamento de sua divulgação interna e externa ao empreendedor; e	Em atendimento	não há	Em atendimento pelo arcabouço documental estabelecido no âmbito do SGA, que é reportado periodicamente nos relatórios consolidados.
À otimização de recursos humanos e logísticos previstos para a implementação dos diferentes Planos, Programas e Projetos, procurando viabilizar o emprego sistêmico desses recursos sem comprometer a qualidade técnica e o escopo das ações propostas mas, lado outro, procurando, através da interação, obter a desejada sinergia entre os resultados e conclusões obtidos, tornando mais eficazes as ações mitigadoras ou compensatórias propostas em decorrência de monitoramentos.	Em atendimento	não há	A integração entre os diferentes pacotes de trabalho com nítidas interfaces, antes já detectadas em Matriz de Interfaces elaborada quando do início da implementação do PGA, é operacionalizada e evidenciada por meio da constituição e realização de reuniões periódicas, em campo, de Grupos de Trabalho (GT's).
A revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da etapa de Implantação, contando, para tal, com a implementação de sistema de registro, inclusive fotográfico, da evolução das obras e com a realização de auditorias ambientais internas do SGA, conforme explicitado mais à frente neste item, com ênfase, mais especificamente, para as auditorias ambientais das instalações, com periodicidade trimestral;	Em atendimento	não há	O atendimento a essa meta encontra-se expresso nos procedimentos denominados: Padrão de Sistema de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais; Padrão de Sistema de Tratamento de Não conformidades, ações corretivas e preventivas; Padrão de Sistema de Inspeção de Supervisão e Auditoria de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente
A interação com a equipe de construção, acompanhando, na frente de obras, a adoção de medidas preventivas e gerando evidências de atendimento aos procedimentos ambientais aplicáveis de controle dos aspectos ambientais do empreendimento em sua etapa de Implantação.	Em atendimento	não há	O atendimento à meta em questão é viabilizada, dentre outras estratégias, pelo registro e tratamento de não conformidades e desvios, em conjunto a equipe responsável pela coordenação do Plano Ambiental de Construção (PAC), bem como pela realização de reuniões semanais para acompanhamento desse Plano, congregando representantes da Norte Energia, da empresa Gestora, da empresa Coordenadora do PAC e dos Consórcios Construtor e Montador.
A manutenção de contatos periódicos com os órgãos licenciadores, através das equipes previstas para a implementação do PGA, assim como com autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento, observando-se que todos os contatos deverão ser objeto da elaboração, no âmbito do Plano em tela, de atas de reunião divulgadas internamente ao empreendedor;	Em atendimento	não há	Para registrar as reuniões e seminários com órgãos de governo e possibilitar o acompanhamento dos encaminhamentos/compromissos deles derivados, foram estabelecidos modelos de Ata de Reunião conforme Quadro 2-2, no item, Modelos.
O estabelecimento de um espaço de efetiva participação das organizações sociais da região de inserção do empreendimento e das populações e comunidades atingidas pela implantação da UHE Belo Monte no desenvolvimento dos Planos, Programas e Projetos previstos no PBA; e	Em atendimento	não há	A meta em questão vem sendo atendida, em especial, por meio do FASBM cujas reuniões do Colegiado já somam 14, e as demais reuniões, um total de 63, entre as suas 6 comissões e 2 Comitês até então criados. Detalhes dessas reuniões constam do item 2.2.4 que também evidencia, nos Quadros 2-13 a 2-21 , a representatividade alcançada por esse instrumento estratégico, onde se pode identificar as entidades que compõem os referidos fóruns.
A estruturação e a operacionalização, no âmbito do SGA, de sistema de atendimento a consultas e reclamações das partes interessadas, contando com a realização das denominadas auditorias de questões ambientais, com periodicidade trimestral, também integrantes do conjunto de auditorias internas do SGA.	Em atendimento	não há	Esta meta vem sendo atendida pelo estabelecimento de Mecanismo de Reclamações encontra-se expresso no procedimento denominado Padrão de Sistema Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade, cujos canais funcionam continuamente e compreendem os 11 municípios da AID.

2.5. ATIVIDADES PREVISTAS

De forma a permitir a continuidade do atendimento às diretrizes estabelecidas para o PGA e demais planos, programas e projetos, considerado o seu caráter integrador, estão previstas a continuidade de aplicação de ferramentas, sem prejuízo de outras que se mostrem necessárias com o transcorrer do tempo, em especial, até o enchimento dos reservatórios.

O acompanhamento do desempenho de cada pacote de trabalho persiste com base nas análises contínuas da equipe da empresa gestora, nas reuniões periódicas de análise crítica e dos GT's, na análise crítica dos relatórios gerenciais e de notas técnicas, na atualização dos impactos gerados pelas intervenções e nos objetivos e metas, além do acompanhamento semanal dos marcos estratégicos de controle e dos indicadores de desempenho dos pacotes de trabalho considerados como merecedores da aplicação da metodologia de Gestão em Acurácia (Riscos). O respectivo reporte mensal junto à alta hierarquia da Norte Energia deste desempenho seguirá como rotina tendo demonstrado ser de importância estratégica no processo de tomada de decisão, no atendimento aos requisitos e na *performance* ambiental do empreendimento.

Persiste também o acompanhamento semanal, pelo Sistema de Alerta, do atendimento à condicionantes da Licença de Instalação, das demandas provenientes de Ofícios dos órgãos intervenientes no processo de licenciamento, de autorizações, compromissos assumidos durante reuniões, negociações, acordos com as partes interessadas, entre outros requisitos aplicáveis ao empreendimento.

Segue a divulgação de informações gerenciais (como Boletins periódicos de não conformidades e Sistema de Alerta) junto aos níveis decisórios da empresa com vistas a contribuir para a tomada de decisão, a aplicação de recursos e agilização de providências para sanar os desvios porventura identificados, além da intensificação da fiscalização em campo.

Estão previstas melhorias contínuas na estruturação e atualização do SIG-A para aperfeiçoar ainda mais e manter a troca de informações afetas ao monitoramento ambiental da UHE Belo Monte entre os técnicos da empreendedora e das empresas executoras dos diferentes pacotes de trabalho do PBA, sua disponibilização aos demais usuários do sistema, atender às condicionantes elencadas no processo de licenciamento da construção da UHE Belo Monte, demandas constantes dos pareceres e ofícios emitidos pelo órgão regulador, no âmbito do referido processo.

Finalmente, o FASBM continuará a manter as partes interessadas informadas pelas reuniões de seu Colegiado, Comissões e Comitês cuja atuação tem alcançado importância crescente enquanto instrumento de interação e discussão das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte junto à sociedade civil em um processo participativo, transparente e de diálogo com as comunidades e lideranças, conforme acima referenciado.

2.6. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA

O cronograma gráfico é apresentado na sequência.

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do PBA da UHE Belo Monte, totalizando 117 pacotes de trabalho, bem como de seu PBA-CI, este com 27 (vinte e sete) componentes a serem gerenciados, demandava a operacionalização de um sistema de gestão ambiental adequadamente estruturado, capaz de proceder à gestão da informação – em termos de acessibilidade, rastreabilidade e confiabilidade - entre os diferentes *players* do Projeto (incluindo empresas gestoras, coordenadoras, executoras, o Consórcio Construtor e o próprio empreendedor, desde seus níveis operacionais até a alta direção da empresa e seus acionistas), à homogeneização de procedimentos e padrões, ao registro e tratamento de desvios e não conformidades e à comunicação estratégica, interna e externamente aos *players* supracitados.

Nesses termos, considera-se, ao final de mais de três anos decorridos da Etapa de Implantação da UHE Belo Monte, que o PGA originalmente delineado vem cumprindo seus objetivos e metas com a eficácia esperada, sendo nítida a curva de aprendizado e melhoria contínua processada desde a proposição do Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA), ainda em meados de 2011, até os resultados hoje auferidos com relação, em especial, à implementação do PBA.

Nesse sentido, vale analisar a *performance* de alguns indicadores de desempenho do PGA, avaliados a partir de dados e informações obtidos junto ao IBAMA por meio do conteúdo de seus Pareceres Técnicos a respeito dos RCs semestrais.

No contexto supra, a **Figura 2 – 7**, a seguir, sintetiza, de forma gráfica, a avaliação do órgão ambiental a respeito do andamento dos pacotes de trabalho que compõem o PBA a partir dos Pareceres Técnicos emitidos sobre cada RC semestral já analisado. Cumpre aqui observar que foram considerados, para estabelecimento dos indicadores de desempenho, as categorias estabelecidas pelo IBAMA nos seus Pareceres Técnicos já emitidos, a saber:

- Quantitativo de pacotes de trabalho considerados com pendências em sua implementação;
- Quantitativo de pacotes de trabalho considerados com necessidades de ajustes/adequações em sua forma de implementação; e
- Quantitativo de pacotes de trabalho considerados em estágio de implementação adequados.

O total de pacotes de trabalho analisados em cada RC semestral mostra-se variável, dado que alguns são considerados pelo IBAMA como objeto de avaliação por instituições específicas (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Ministério da Saúde etc).

Em especial para o 5º RC, lembra-se que ainda não se dispõe, até a data de fechamento deste Relatório para Solicitação da Licença de Operação (LO), de

pareceres específicos que, em acordo com o órgão ambiental, seriam ainda emitidos para completar o rol de pacotes de trabalho por ele avaliados.

Além disso, também não se teve acesso ao(s) Parecer(es) Técnico(s) a respeito do 6º RC, emitido pela Norte Energia em 31/07/14.

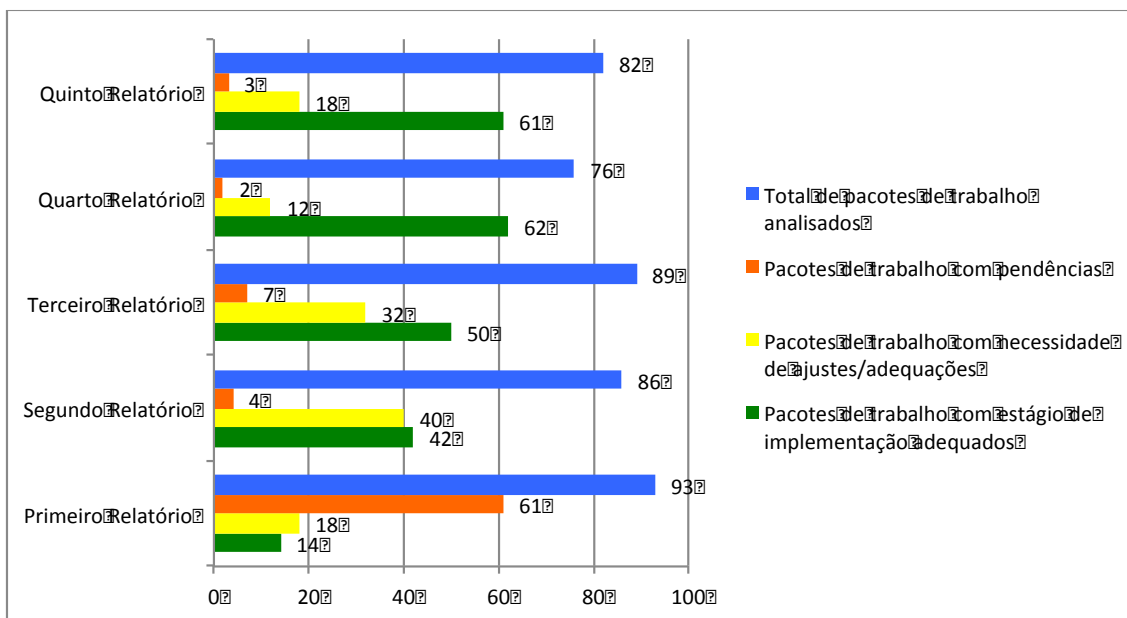


Figura 2 – 7 Indicadores de desempenho da implementação de pacotes de trabalho do PBA, em acordo com avaliação do IBAMA

Com base no gráfico ilustrado na **Figura 2 – 7**, fica nítida a evolução da *performance* ambiental auferida na implementação do PBA desde o 1º RC. Em termos percentuais, evoluiu-se de um indicador de 65,5% de pacotes de trabalho considerados com pendências em sua implementação, segundo avaliação realizada seis meses após a concessão da Licença de Instalação (LI), até um indicador de 3,7% correspondente ao estágio de implementação avaliado pelo órgão ambiental no final de 2013. Da mesma forma, se considerados os pacotes de trabalho com implementação adequada, dos cerca de apenas 15% considerados como tal em dezembro de 2011, alcançou-se um indicador de 74,3% dois anos depois.

É interessante ainda observar-se que o ganho de eficácia na qualidade ambiental da implementação do PBA, em acordo com o julgamento realizado pelo órgão ambiental, ocorreu principalmente no primeiro semestre de 2013, dado que, comparando-se os indicadores supra para os 3º e 4º RCs, respectivamente emitidos no final de janeiro de 2013 e no final de julho desse mesmo ano, tem-se uma evolução de 56,2% para 81,6% dos pacotes de trabalho considerados em estágio de implementação adequado e, em especial, uma redução de 36,0% para 15,8% dos pacotes de trabalho tidos como merecedores de ajustes/adequações em sua forma de implementação.

Referidas conclusões são reiteradas pelas declarações feitas pelo IBAMA a respeito do PGA no bojo dos Pareceres Técnicos sobre os 3º e 4º RCs. Nesse contexto, no bojo da Notificação emitida pelo IBAMA junto à Norte Energia em 19/07/13, por meio do Ofício OF 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA, referente à análise do 3º

RC, o órgão ambiental alertava o empreendedor quanto ao fato de que, na sua avaliação, as metas definidas para o PGA não estavam sendo alcançadas em sua totalidade, ainda mais considerando que o empreendimento entrava em fase avançada das obras civis, período sensível para colocação em prática das ações ambientais. Na oportunidade, o IBAMA alertou a Norte Energia quanto à necessidade de revisão do desempenho das referidas metas, dado que o seu comprometimento poderia resultar em prejuízos ao cronograma previsto para o início da operação do empreendimento.

Seis meses após, desta feita no âmbito do Parecer Técnico emitido em 23/01/14, por meio do Ofício OF 02001.000666/2014-97 DILIC/IBAMA, o órgão ambiental atestava que, no tocante à execução dos programas ambientais, havia nítidas evoluções no tocante à redução de defasagens antes observadas em relação aos cronogramas previstos no PBA.

Nesse sentido, no bojo do 4º RC, apresentou-se, no contexto do PGA, a estratégia de gestão ambiental que passou a ser implementada no primeiro semestre de 2013, relativa à detecção do rol de pacotes de trabalho considerados como merecedores de um nível de gestão mais acurado em função de um conjunto de fatores intrínsecos e situacionais a eles associados. Conforme contextualizado no item 2.2.1 deste Relatório para Solicitação da LO, sob a rubrica “Implementação da metodologia de Gestão em Acurácia (Riscos)”, foram então identificados 19 (dezenove) pacotes de trabalho como enquadrados nessa categoria, para os quais foram identificados marcos estratégicos de controle e indicadores de desempenho, acompanhados com periodicidade semanal pela empresa Gestora e com *performance* reportada mensalmente junto à alta hierarquia da Norte Energia, representada pelas Diretorias, Presidência e Conselhos de acionistas, aqui incluindo-se o Conselho de Administração.

Referida estratégia mostrou-se de pronto fundamental para subsidiar a tomada de decisão do empreendedor quanto a ações de cunho mais emergencial ou a curto prazo a serem implementadas para melhoria do desempenho dos pacotes de trabalho considerados como de maior criticidade para fins de obtenção da LO, tendo sido a principal responsável pela alavancagem no desempenho da gestão ambiental reconhecida pelo IBAMA, conforme acima descrito.

Tal evolução mantém-se no cenário atual à luz da continuidade de implementação da estratégia supracitada, que deverá manter-se em ação, minimamente, até o final da Etapa de Implantação. Conforme antes também aqui descrito, como resultado do progressivo alcance de metas, o quantitativo de pacotes de trabalho enquadrados na categoria de Gestão em Acurácia já sofreu redução dos 19 (dezenove) originalmente previstos para os atuais 13 (treze).

Ainda como demonstrativo dessa evolução de *performance* da gestão ambiental, reconhecida pelo órgão licenciador, vale também registrar, por meio da **Figura 2 – 8**, os resultados do desempenho referente ao grau de atendimento das condicionantes da LI nº 795/2011, também auferido com base no conteúdo de Pareceres Técnicos e/ou Despachos do IBAMA a respeito de sua análise dos RCs semestrais.

Também aqui são consideradas, a título de indicadores, as categorias de enquadramento estabelecidas pelo IBAMA para as condicionantes, conforme retratado na legenda da **Figura 2 – 8**.

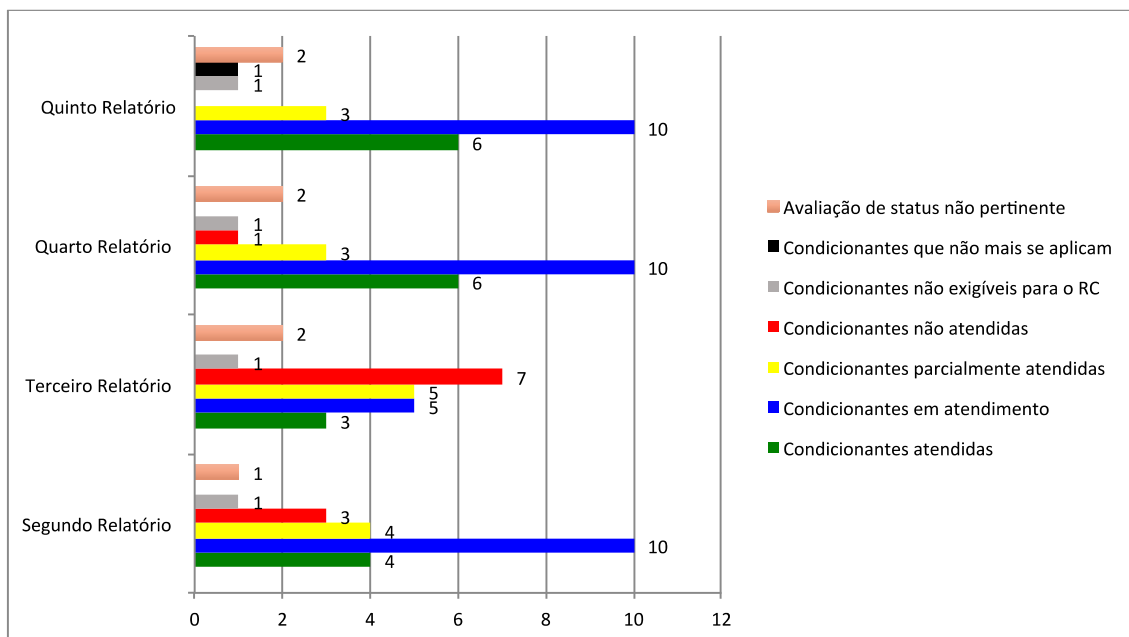


Figura 2 – 8 Indicadores de desempenho do atendimento das condicionantes da LI nº 795/2011, em acordo com avaliação do IBAMA

Vale destacar, em especial, os resultados da avaliação feita em relação ao 5º RC, quando deixaram de haver condicionantes consideradas, pelo IBAMA, como não atendidas. Além disso, a condicionante 2.10, relativa às obras de saneamento, que nos relatórios anteriores sempre foi tido como “não atendida”, passou a ser classificada como “parcialmente atendida”, com o reconhecimento do órgão ambiental, no Parecer e no Despacho relativos à análise do 5º RC, dos avanços havidos no segundo semestre de 2014. A Condicionante 2.12 (implantação de novas obras de educação e saúde) passou a ser tida como não mais aplicável ao estágio atual do projeto, com o reconhecimento textual do IBAMA de que as obras implantadas atendem à demanda.

Novamente aqui cumpre ressaltar a alavancagem de *performance* auferida no período decorrido entre os 3º e 4º RCs, destacando-se, em especial, o fato de que, enquanto por ocasião da análise do 3º RC, cerca de 30% das 23 (vinte e três) condicionantes da LI nº 795/2011 eram consideradas como não atendidas, quando da avaliação do 4º RC esse quantitativo reduziu-se para apenas 4,3%, crescendo o número de condicionantes tidas como “em atendimento”.

No que tange à Gestão da Conformidade, a continuidade da divulgação de informações gerenciais (como boletins periódicos de não conformidades) junto aos níveis decisórios da empresa vêm contribuindo de modo significativo na tomada de decisão para a aplicação de recursos e na agilização de providências para sanar os desvios porventura identificados. E, ainda, a intensificação da fiscalização durante o ano de 2014, acrescido da incorporação, sempre que identificadas tendências, de

novas ferramentas de gestão, têm permitido demonstrar avanços significativos resultando em um nível de encerramento maior e mais ágil dos desvios identificados, uma maior integração das equipes e, com isso, reflexos positivos à *performance* da gestão ambiental do empreendimento.

Insta ainda observar os benefícios que vêm sendo adquiridos, em termos de acervo de dados e informações, pela implementação do SIG-A desde o início da Etapa de Implantação e seu processo de melhoria contínua.

O Banco de Dados de monitoramento ambiental da UHE Belo Monte foi estruturado e compilado desde o início da implantação do empreendimento e vem sendo alvo de constante aprimoramento. Esta ferramenta permite o repositório, a consulta e a disponibilização de uma ampla gama de dados dos diferentes pacotes de trabalho.

O acervo, principalmente afeto aos meios físico e biótico, viabiliza a realização de avaliações espaciais e temporais complexas a partir da sua consulta, cruzamento de dados e/ou análise, ainda, em relação àqueles levantados no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), tanto para fins de estabelecimento de linha de base de monitoramento como para retroalimentar a avaliação de impactos ambientais.

Assim, trata-se de ferramenta fundamental que subsidia a proposição de novas ações de gestão para fazer frente aos impactos gerados pela UHE Belo Monte, seja em sua etapa de implantação quanto de operação e, portanto, de melhoria do desempenho do empreendimento.

Especificamente com relação ao PBA-CI, lembra-se que, embora o mesmo seja objeto de uma gestão específica, procedeu-se, em especial a partir do ano de 2014, a uma homogeneização de procedimentos de documentação e registro de informações ao encontro daquele que já estava em curso para a gestão do PBA. Idem no tocante à implementação da metodologia de identificação e controle de pacotes de trabalho considerados como merecedores de um nível próprio de gestão em função dos níveis de riscos a eles associados.

Os resultados dessa extensão ao PBA-CI de métodos e práticas de gestão têm se mostrado auspiciosos, em especial no que tange à agilização do processo decisório para a implementação das ações ambientais originalmente previstas, bem como daquelas a título de aprimoramento da *performance* ambiental com relação à prevenção, mitigação e compensação de impactos sobre as populações e terras indígenas.

Por fim, vale observar que a experiência e as lições aprendidas ao longo do processo de gestão ambiental na Etapa de Implantação da UHE Belo Monte deverão mostrar-se fundamentais para a gestão do processo de formação dos reservatórios do Xingu e Intermediário. Conforme explicitado em item específico deste Relatório para Solicitação da LO, esse processo está sendo estruturado na forma de um Projeto, com um sistema de gerenciamento próprio que deverá fazer uso das mesmas categorias de gestão até agora utilizadas no PBA e no PBA-CI, ou seja, a composição de um Plano de Gerenciamento (com suas componentes específicas de gerenciamento de

escopo, prazo, custos, comunicação, aquisições, monitoramento, riscos e partes interessadas), de um sistema de identificação e controle de componentes merecedores de um nível de gestão mais acurado, de um sistema de gestão de documentação, de um acompanhamento em campo e de um suporte de informações georreferenciadas.

2.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO PROFISSIONAL (c)	FUNÇÃO NO PACOTE DE TRABALHO (b)	REGISTRO PROFISSIONAL (e)	CTF IBAMA (f)
Ângelo Luiz Assunção	Engenheiro Ambiental	Profissional da equipe do Escritório de Gerenciamento de Projetos, em campo	CREA MG0000149499/D	-
Antenor Guilherme Melo	Engenheiro Florestal	Profissional da equipe de campo responsável pelo acompanhamento dos processos de supressão vegetal e destinação da madeira	CREA/AM 18403	-
Carmem Silvia Treuherz Salomão	Administradora de Empresas, Mestre em Gestão Ambiental	Coordenadora do SGA	Não possui	5391776
Cecília Alarsa	Geógrafa	Coordenadora do reporte referente ao atendimento aos Princípios do Equador	CREA/SP 5060306087	35192
Cristiano Figueiredo Lima	Geógrafo	Coordenador interno para o SIG-A	CREA/RJ 142138/D	2473110
Delfim José Leite Rocha	Engenheiro Civil	Gestor Geral do PGA e Coordenador do Escritório de Gerenciamento de Projeto PBA	CREA/RJ-3238/D	3868639
Douglas R. Borges	Engenheiro Ambiental	Operacionalização do Banco de Dados Georreferenciado e suporte a análises geoespaciais	Não possui	5800634
Edna Campos	Tecnóloga em Gestão Ambiental	Assessoria de Coordenação do SGA	Não possui	Não possui

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO PROFISSIONAL (c)	FUNÇÃO NO PACOTE DE TRABALHO (b)	REGISTRO PROFISSIONAL (e)	CTF IBAMA (f)
Tiago Silva e Silva	Ciência da Computação com ênfase em Análise de Sistemas	Coordenador Geral do Escritório de Gerenciamento de Projetos para o PBA e o PBA-CI	Não possui	5963497
João Carlos de Sá	Engenheiro Florestal especialista em Gestão Ambiental	Coordenador Geral de Campo	CREA RO 610/D	5396831
Juliano Almeida Loureiro	Engenheiro Ambiental	Analista ambiental de campo, responsável pelo acompanhamento das obras do entorno	CREA MG 148818/D	5817982
Lair da Silva Freitas Filho	Engenheiro Sanitarista	Profissional da equipe de campo, responsável pelo acompanhamento do Programa de Controle Ambiental Intrínseco do PAC e das obras do entorno	CREA 11020/D PA	5515322
Luiz Kleber Sena de Araújo	Engenheiro Florestal	Profissional da equipe de campo, responsável pelo acompanhamento do PAC	041140629-9/AM	5655317
Rafael Mouzinho Franco	Engenheiro de Produção	Coordenador Técnico do Escritório de Gerenciamento de Projeto do PBA e do PBA-CI	CREA/MG 125286/D	5389547
Ricardo Carneiro	Advogado	Consultor para assuntos jurídico-ambientais	OAB/MG 0062391	4374765

2.9. ANEXOS

Anexo 2 - 1 - Planilha de Normas e Leis

Anexo 2 – 2 - Manual de Requisitos Jurídicos Ambientais

Anexo 2 - 3 - Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Significativos e das Ações de Gestão da UHE Belo Monte

Anexo 2 – 4 - Política de Gerenciamento de Riscos Socioambientais da Norte Energia

Anexo 2 - 5 - Manual de Treinamento, Conscientização e Competência voltado ao Sistema de Gestão Ambiental

Anexo 2 - 6 - Padrão de Sistema de Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade

Anexo 2 - 7 - Padrão de Sistema do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM)

Anexo 2 - 8 - Padrão de Sistema de Inspeção de Supervisão e Auditoria de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente (SSTMA)

Anexo 2 - 9 - Padrão de Sistema do Procedimento de funcionamento dos Núcleos de Educação Ambiental do Xingu (NUCLEAX) e Centro Regional de Educação Ambiental da Bacia do rio Xingu (CREAX)

Anexo 2 - 10 - Padrão de Sistema de Comunicação de Incidentes de Terceiros